

bibliografia brasileira de educação

016:37(81)

biibliogr. bras. educ.

rio de janeiro

v. 19

n. 2

p. 57/122

abr./jun. 1971

**INSTITUTO NACIONAL DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS**

diretor: walter de toledo piza

**CENTRO BRASILEIRO DE
PESQUISAS EDUCACIONAIS**

diretora: elza rodrigues martins

SERVIÇO DE BIBLIOGRAFIA

chefe: fidelina dos santos

redatores:

B.K. — beatriz kamergorodski

C.L.J. — clementino luiz de jesu

F.S. — fidelina dos santos

F.X.Q.J. — francisca xavier queiroz de jesu

G.A.V. — generice albertina vieira

J.M.B. — jader de medeiros britto

M.L.L. — maria luísa leite

R.H.T. — regina helena tavares

revisores:

ovídio silveira souza

francisca x. queirós de jesu

bibliografias especializadas:

hadjine guimarães lisboa

documentação: esmeralda maynadr da silva

para remessa de correspondência:

rua voluntários da pátria, 107, zc-02

ou caixa postal 1-02

20.000, rio de janeiro, estado da guanabara

brasil

NOTA EXPLICATIVA

A matéria incluída na B.B.E. acha-se disposta em ordem de classificação por assunto, de acôrdo com a tabela de classificação.

O número superior à esquerda corresponde ao número de classificação de assunto. Quando vários itens têm a mesma classificação, esta aparece apenas no primeiro.

O número inferior, à direita, é o número de ordem dos itens.

Recomenda-se, a quem consultar a B.B.E., orientar-se pelo "Índice Remissivo de Assuntos, págs. 119/120, onde encontrará a indicação dos números de ordem dos itens que tratam especificamente do assunto procurado. Poderá igualmente o leitor procurar o assunto que lhe interessa na "Tabela de Classificação", págs. 63/67, notando o número de classificação

atribuído na referida tabela. Em seguida, deverá localizar êsse número nas páginas que se seguem. Os itens sôbre o assunto desejado serão encontrados, grupados, em ordem alfabética de autores, sob o número fornecido pela tabela.

Às págs. 121/122, encontra-se, ainda, o "Índice de Autores", com a indicação dos números de ordem dos itens relativos aos respectivos trabalhos.

Artigos de revistas: Uma indicação como "*B. Inst. Psic.* 5 (3): 1-10" deve ser entendida como Boletim do Instituto de Psicologia, vol. 5, n. 3, págs. 1 a 10.

As iniciais colocadas entre parênteses, depois de cada resumo analítico, correspondem ao seu elaborador, aparecendo o nome por extenso no verso da capa.

Esquema geral dos índices CDU utilizados neste número: ver págs. 63/67.

Os números entre parênteses (0) indicam subdivisão de forma.

Os números entre parênteses (4/9) indicam subdivisão geográfica.

Os números sem parênteses 00 indicam subdivisão do ponto de vista.

Os números sem parênteses - 0 (hífen 0...) indicam subdivisão de grupos de pessoas (idade, sexo, classes sociais, ocupação).

O símbolo + (mais) indica assuntos representados por números não consecutivos (de acordo com a classificação adotada), tratados num mesmo documento.

O símbolo : (dois pontos) indica a relação coordenada de assuntos.

O símbolo " " (aspas) indica subdivisão de tempo.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO *

I

63

37(05)	Educação — Periódicos
37(05)(81)	” — ” — Brasil
37(094.5)(81)	Legislação do ensino — Brasil
37(81)	Educação — Brasil
37.01:141.32	Filosofia da educação — existencialismo
37.012.85:371.7:613.71	Pesquisa educacional — Educação física
37.014.22	Analfabetismo — luta contra
37.014.5:331.6	Política da educação — Mercado de trabalho
37.014.542	Planejamento da educação
37.014.542:33(086.5)	” — Economia — Modelos
37.014.542(81)	Plano Nacional da educação — Brasil
37.014.543.34	Salário educação
37.014.6.001.5	Inspeção e supervisão — Pesquisa
37.015.2	Biologia educacional
37.015.2:371.214.2	” — programas de ensino
37.015.3	Psicologia educacional
37.015.352	Psicologia do professor
37.015.4	Sociologia educacional

* Foi adotada a edição especial — Educação — da Classificação Decimal Universal (edição em Inglês e Francês, publicação FID); edição média em língua

portuguesa, Universidade de Brasília — Biblioteca Central/Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU).

- 37.015.6
 37.015.6(086.5)
 37.02
 37.036:376.56

 37.036:78
 37.036.5
 371.001.1
 371.12:331(816.5).001.5

 371.12:373.3(813.4).001.5

 371.12:373.5(816.5)

 371.12(092)
 371.13:37.012.85

 371.13:373.3

 371.13:373.3(815.4).001.5

 371.13(816.4).001.5

 371.14
 371.14:373.5

 371.14:373.552

 371.15:373.3(81).001.5

 371.15:373.5
 371.15:373.552

 371.212.72:373.5(815.4).001.5

 371.217.2
 371.22
 371.26.001.5
 371.27
 371.279.17 + 371.212.72(815.4).
 001.5

 371.279.17:373.5(815.4).001.5

 Economia da educação
 " " — Modelos
 Didática
 Educação artística — Educação de
 grupos especiais
 " " — música
 Educação artística — criatividade
 Administração escolar — teoria
 Professores — trabalho — Rio
 Grande do Sul — Pesquisa
 Professores — ensino primário —
 Pernambuco
 Professores — ensino médio — Rio
 Grande do Sul
 Biografia de educadores
 Formação de professores — Pesquisa
 educacional
 Formação de professores — Ensino
 primário
 Formação de professores — Ensino
 primário — Guanabara —
 Pesquisa
 Formação de professores — Ensino
 primário — Rio G. do Sul —
 Pesquisa
 Professores — Aperfeiçoamento
 " " — En-
 sino médio
 Professores — Aperfeiçoamento —
 Ensino Fundamental
 Professores de ensino primário e
 médio — status — Pesquisa —
 Brasil
 Professor — *Status* — Ensino médio
 " " — Ensino
 Fundamental
 Repetência — ensino médio — Gua-
 nabara — Pesquisa
 Alimentação escolar
 Taxas escolares — anuidades
 Rendimento escolar — Pesquisa
 Exames

 Reprovação e repetência — Gua-
 nabara — Pesquisa
 Reprovações — Ensino médio —
 Guanabara — Pesquisa

371.3
371.3:372.46(815.4).001.5
371.3:659.3
371.315.7
371.62:37.014.542(813)
371.64
371.687
371.7:613.71
372.879.6:373.546
373.3:311
373.3.014.3
373.31.214(813.4).001.5
373.5
373.546
373.546:371.62
373.552
373.552(094.5)
373.68(81).001.5
374.7
374.7:659.3
374.7(81)
376.
376(05)
376.56
377
377(094.5)
377.8.014.3(816.5).001.5
378:301.175
378:33
378:61:658.3
378:61/19.001.5
378:658.3(81)

Métodos de ensino
" " — Leitura e Lin-
guagem — Guanabara — Pesquisa
Métodos de ensino — Comunicação
de massa
Ensino programado
Prédios escolares — Planejamento de
educação — Nordeste
Bibliotecas escolares
Televisão educativa
Educação física — conceituação pro-
blemas
Matérias de ensino — Educação Físi-
ca — Ginásio orientado para o tra-
balho
Ensino elementar — Estatística
Ensino primário — Rio G. do Sul
" " — Programas — Pes-
quisas
Ensino médio
Ginásios polivalentes
" " — prédios escolares
Ensino fundamental
" " — Legislação
Ensino agrícola — Brasil — Pesquisas
Educação de adultos
" " — Comunicação
de massa
Educação de adultos — Brasil
Educação de grupos especiais
" " — Periódicos
" " — Criança
problema
Ensino profissional
Ensino técnico — Legislação
Ensino normal — Reforma — R. G.
do Sul — Pesquisa
Ensino superior — Mudança social
" " — Economia
" " — Medicina — Re-
cursos Humanos
Ensino superior — Ciências médicas
— Pesquisas
Ensino superior — Recursos Huma-
nos — Brasil

378:74

378(8=6)

378(8=6).001.5

378.014

378.014.3

378.014.3:658

378.096:37

378.124.088

378.244.2

Ensino superior — Desenho industrial

Ensino superior — América Latina

" " — " " —

Pesquisa

Ensino superior — Política

Reforma universitária

" " — Administração e

organização

Faculdade de educação

Professôres universitários — Condições de trabalho

Exames vestibulares

II

66

008(05)(81)

016.301.185.1

016:37.015.6

016:378.096:37

027

159.9.019.4

159.953.5

159.955.2:371.26.001.5

301.18-055.2

301.18-055.2:331.6

331.01:159.9

331.024:086.5

331.024(81)

354.32(81)

Cultura — Periódico — Brasil

Bibliografia especializada — Grupos sociais — Família

Bibliografia especializada — Economia da educação

Bibliografia especializada — Faculdade de educação

Bibliotecas gerais

Psicologia do comportamento

Psicologia da aprendizagem

Inteligência — Rendimento escolar — Pesquisa

Grupo social — mulheres

" " — " — Mercado de trabalho

Psicologia do trabalho

Mão-de-Obra — Modêlo

" " " — Brasil

Ministério da Educação — Brasil

III

Livros didáticos

Nível elementar

3(075.2)

372.41(075.2)

501(075.2)

51(075.2)

802=690(075.2)

Estudos sociais

Leitura — iniciação

Ciências

Matemática

Português

Nível médio

3(075.3)
37.034(075.3)
371.322.2:82(075.3)
372.83(075.3)
802=20(075.3)
802=690(075.3)

Ciências sociais
Educação moral
Estudo dirigido
Educação cívica
Inglês
Português

Nível superior

37.034(075.8)

Educação moral

Revistas

—————

B. CRPE

Arte & Educação. Escolinha de Arte do Brasil. Rio de Janeiro, GB. V. 1 n. 4, abr. 1971.

End.: Av. Marechal Câmara, 314 — 4.º and. — ZC — 39, Castelo.
CEP — 20.000

B. Centro Ci. pedag.

Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul. MEC, INEP, Pôrto Alegre, RS. N. 7, 1970.

End.: Av. Osvaldo Aranha, 71 — 8.º andar, Fundos.
CEP — 90.000

B. Centro Pesq. Orient. educ. e Execução Especializada

Boletim do Centro de Ciências Pedagógicas. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. V. 1 n. 1, 1970.

End.: Rua Floriano Peixoto, 1.184 — Caixa Postal 248
CEP — 97.100

Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional e Execução Especializada. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

- Pôrto Alegre, RS. 1963/1966, publ. em 1970.*
End.: Rua Carlos Chagas s/n — Edifício Lopes Dias, sala 920.
 CEP — 90.000
- B. inf. CBPE*
- Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. MEC, INEP, Rio de Janeiro, GB. N. 157/158, agô./set. 1970.
End.: Rua Voluntários da Pátria, 107 — ZC-02, Botafogo — Caixa Postal 1-02.
 CEP — 20.000
- B. Inst. Educ. Excepcional*
- Boletim do Instituto de Educação do Excepcional. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Serviço Complementar. Rio de Janeiro, GB. N. 3, agô. 1969.
End.: Rua General Canabarro, 345 — Bairro Maracanã — ZC-29.
 CEP — 20.000
- CAPES B.*
- Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior Boletim. Rio de Janeiro, GB. N. 213, agô. 1970.
End.: Av. Marechal Câmara, 210 — 8.º and. — ZC-39 — Castelo — Caixa Postal 6.029.
 CEP — 20.000
- Cad. Reg. Educ.*
- Cadernos Região e Educação. Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Recife, PE. V. 9 n. 18, dez. 1969; v. 10 n. 20, dez. 1970.
End.: Rua Dois Irmãos, 92 — Apipucos.
 CEP — 50.000
- Carta mens.*
- Carta mensal. Confederação Nacional de Comércio. Rio de Janeiro, GB. Ano 16, n. 186, set. 1970.
End.: Av. General Justo, 307 — 3.º andar — ZC-39 — Castelo.
 CEP — 20.000

Cultura. Conselho Federal de Cultura. MEC. Rio de Janeiro, GB. V. 1 n. 1, jan./mar. 1971.
End.: Rua da Imprensa, 16 — 7.º andar — ZC-P — Castelo.
CEP — 20.000

Current Sociology. Monton Publishers. Paris, França. V. 17 n. 1/3, 1969. Número especial.

Didática. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Didática. Marília, SP. N. 5/6, 1968/1969.
End.: Rua Vicente Ferreira, 1.278.
CEP — 17.500

71

Documenta. MEC. Conselho Federal de Educação. Brasília, DF. N. 114, maio; n. 117, agô. 1970.
End.: INPS — Av. L-2 — bloco O — 6.º and.
CEP — 70.000

EBSA

Editôra do Brasil S/A. São Paulo, SP. N. 269, agô. 1970.
End.: Rua Conselheiro Nébias, 887

Educação. MEC, Departamento de Apoio. Diretoria de Documentação e Divulgação. Brasília, DF. V. 1 n. 1, abr./jun. 1971.
End.: Esplanada dos Ministérios — Bloco 1.
CEP — 70.000

J. bras. Psiquiatria

Jornal Brasileiro de Psiquiatria. Universidade do Brasil, Instituto de Psiquiatria Rio de Janeiro, GB. N. 17, jan./dez. 1968.
End.: Av. Venceslau Brás, 71, Botafogo — ZC-82.
CEP — 20.000

R. Adm. mun.

R. bras. Educ. Fis. e Desportiva

R. bras. Estat.

Lente. Fundação para o Livro do Cego no Brasil. São Paulo, SP. V. 14 n. 42, jan./jun. 1970.

End.: Rua Dr. Diogo de Faria, 558 — Vila Clementino.
CEP — 04037

Mercado de Trabalho. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Departamento Nacional de Mão-de-Obra. Rio de Janeiro, GB. N. 25, jul.; agô. 1970.

End.: Av. Presidente Antônio Carlos, 251, 5.º andar — Castelo — ZC-P.
CEP — 20.000

Revista de Administração Municipal. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, GB. Ano 17, n. 101, jul./agô. 1970.

End.: Rua Miguel Pereira, 34 — Botafogo — ZC-02.
CEP — 20.000

Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva. MEC, Divisão de Educação Física e Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro, GB. Ano 3 n. 9, 1970.

End.: Rua da Imprensa, 16 — sala 1.110 — ZC-P — Castelo.
CEP — 20.000

Revista Brasileira de Estatística. Conselho Nacional de Estatística. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística e Sociedade Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, GB. Ano 31, n. 124, out./dez. 1970.

End.: Av. Franklin Roosevelt 146-A — Loja B — Centro — ZC-39.
CEP — 20.000

R. bras. Est. pedag.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, GB. V. 53 n. 118, abr./jun. 1970; v. 54 n. 119, jul./set. 1970.

End.: Voluntários da Pátria, 107 — ZC-02 — Botafogo — Caixa Postal 1-02.

CEP — 20.000

R. SENAI

Revista do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Rio de Janeiro, GB. Ano 25, n. 100, jul./set. 1970.

End.: Rua Araújo Pôrto Alegre, 70 — salas 411/16 — Castelo — ZC-P.

CEP — 20.000

R. Univ. Cat. S. P.

Revista da Universidade Católica de São Paulo. Ed. Herder. São Paulo, SP. V. 38 fasc. 73/74, jan./jun. 1970.

End.: Rua 7 de abril, 114 — Centro. CEP — 01.044

Realidade. Ed. Abril, São Paulo, SP. N. 52, jul. 1970. Supl. espec.

End.: Rua João Adolfo, 118 — 9.º andar — Centro.

CEP — 01.050

SESI-Escola

Serviço Social da Indústria — Escola. Departamento Regional de São Paulo. São Paulo, SP. Ano 5, n. 19, jul./set. 1970.

End.: Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 277 — 4.º andar, sala 44 — Bela Vista.

CEP — 01.317

LISTA DE ABREVIATURAS

- ALFA — Alfabetização de Adolescentes e Adultos
abr. — abril
adapt. — adaptação
agô. — agosto
atual. — atualizada
B.B.E. — Bibliografia Brasileira de Educação
BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD — Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
CBPE — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CENAFOR — Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional
CETREMEC — Centro de Treinamento de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura
CLAPCS — Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais
CNRH — Centro Nacional de Recursos Humanos
CONCRETIDE — Comissão Coordenadora de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
CRPE — Centro Regional de Pesquisas Educacionais
CRUTAC — Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
Col. — coleção
DASP — Departamento Administrativo do Serviço Público
DEF — Departamento de Ensino Fundamental
DEM — Departamento de Ensino Médio
D.F. — Distrito Federal
DNMO — Departamento Nacional de Mão-de-Obra
dez. — dezembro
Div. — Divisão
Doc. — Documento
ESDI — Escola de Desenho Industrial
Ed. — Editora
FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT — Grupo de Trabalho
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INL — Instituto Nacional do Livro
INPS — Instituto Nacional de Previdência Social

- IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social
 ISOP — Instituto de Seleção e Orientação Profissional
 ilustr. — ilustração, ilustrada
 jul. — julho
 jun. — junho
 MEB — Movimento de Educação de Base
 MEC — Ministério da Educação e Cultura
 MINIPLAN — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
 MOBRAF — Movimento Brasileiro de Alfabetização
 mimeogr. — mimeografado
 out. — outubro
 PREMEX — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
 PIPMO — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
 PIPMOI — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial
 PUC — Pontifícia Universidade Católica
 p. — página
 prof. — professor, professora
 rev. — revista
 SEAV — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
 SEEC — Serviços de Estatística da Educação e Cultura
 SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SESC — Serviço Social do Comércio
 SESI — Serviço Social da Indústria
 SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
 SUDESUL — Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
 SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
 s.d. — sem data
 sér. — série
 set. — setembro
 TV — televisão
 trad. — tradutor, tradução
 UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro
 v. — volume

37 — EDUCAÇÃO

37(05)

BOLETIM do Centro de Ciências Pedagógicas, 1 (1) : 1970, 58 p.

Entre outros trabalhos destacam-se: "Centro de Ciências Pedagógicas" e o que êle representa na atual estrutura universitária; "relatório da pesquisa de opinião sôbre a função social do Centro de Ciências Pedagógicas; "a prática de ensino no Centro de Ciências Pedagógicas", e, por fim, a "importância dos recursos audiovisuais na educação. (B.K.) 1.

37(05)(81)

EDUCAÇÃO, 1 (1) abr./jun. 1971. 144 p.

Apresenta aspectos atuais da educação brasileira, quanto ao desenvolvimento do MOBREAL para alfabetização de adolescentes e adultos, ao ensino fundamental, fornecimento de material escolar, ao ensino especial, à educação física, TV educativa, ensino supletivo, salário-educação e financiamento do ensino fundamental. (M.L.L.) 2.

37(94.5)(81)

PENTEADO, José Arruda / A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as possibilidades de renovação didática. *Didática* (5/6): 127-135, 1968/1969.

A Lei de Diretrizes e Bases institui, dentro de cada sistema, a liberdade de escolas, propiciando o direito de dispor, em regimentos próprios, a organização e constituição de seus cursos e o seu regime administrativo, disciplinar e didático. Surgem assim as escolas experimentais, oferecendo meios para a pesquisa pedagógica e assegurando a liberdade para um trabalho criador e renovado.

Focalizando a situação do ensino do grau médio na sua variedade de currículos e programas, salienta particularmente a legislação e jurisprudência referentes ao ensino dêste nível em São Paulo. (M.L.L.) 3.

37(81)

EDUCAÇÃO: investimento que rende. *Realidade* (suplemento especial) (52) : 114-126, jul. 1970.

Análise de aspectos quantitativos e estruturais do sistema educacional brasileiro, em termos de atendimento àqueles que procuram a matrícula nos diferentes níveis e ramos de ensino, no período de 1955 a 1964, conforme quadros estatísticos.

Sua contribuição para o desenvolvimento econômico do país é ainda precária em face dos problemas de analfabetismo, evasão escolar, custo individual de educação, formação de professores, currículos inadequados, integração dos níveis de ensino, propiciando a proliferação dos *cursinhos*. O perfil educativo mostra que a população se concentra no setor agrícola, embora com nível de instrução muito baixo.

Nestas condições, obriga-se o Governo ao planejamento de recursos humanos, ampliação da rede escolar, incentivo do ensino técnico, equipamento das universidades, tradução de livros técnicos. (M.L.L.) 4.

37(931)

MCCARTHY, Michael John — Sistema educacional da Nova Zelândia: organização e características. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 409-416, abr./jun. 1970.

Caracterizando a população da Nova Zelândia na sua constituição de origem britânica e indígena, na sua economia basicamente agrícola, descreve o sistema educacional, sob controle do Governo, livre de qualquer discriminação racial e cujas despesas e matrículas crescem anualmente.

O ensino primário público é gratuito, leigo e obrigatório, prevalecendo o tipo de educação comum para ambos os sexos.

A escola secundária volta-se antes para o trabalho que para o acesso à universidade, adotando o sistema de construção de prédios escolares, em blocos de um pavimento; encampadas, as fundações privadas recebem verbas de custeio para pagamento do pessoal e bolsas para alunos de fora. Preocupam-se as autoridades com o treinamento de professores sobretudo do nível médio, e o regime de universidades oficiais regionais. (M.L.L.) 5.

37.01:141.32

CAMBELL, Malcom B. — O existencialismo e seu potencial como uma teoria da educação. Trad. Herving Haetinger e Abigail A. Mahoney. *R. Univ. cat. S. P.* 38 (73/74): 97-106, jan./jun. 1970.

Explora as várias implicações e definições inerentes ao existencialismo com relação às escolas, uma vez que a elas não é atribuída uma função *a priori*.

Existem temas na literatura existencialista que, tomados em conjunto, constituem recomendações para a delimitação de um plano educacional ou seja uma educação baseada no estudante, como principal elemento, uma educação destinada a provocar nele uma resposta pessoal ao mundo em que ele vive e despertá-lo para a responsabilidade da vida.

O papel do professor é muito mais indireto sendo um "provocador" do eu. (B.K.) 6.

37.012.85:371.7:613.71

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes — Pesquisa em educação física. *R. Bras. Educ. Fis. e desportiva*, 3 (9) : 27-34, 1970.

Analisando teóricamente as diferentes fases da pesquisa científica — seleção e definição do problema, investigações bibliográficas sobre o assunto, formulação dos objetivos, planejamento e execução do trabalho, análise dos resultados, conclusões e relatório final, mostra como pode ser ela aplicada à educação física na solução de seus problemas, ligados, por exemplo, à biomecânica, anatomia, fisiologia, sociologia e psicologia, respondendo sobre a aprendizagem do gesto, desenvolvimento da ação motriz, melhoria das aptidões físicas do escolar. (M.L.L.)

7.

37.014.22

SPOTORNO, Felipe — Balanço do MOBRAL.

Veja: 374.7.

37.014.5:331.6

BINÔMIO educação-trabalho, *Mercado de trabalho* (25) : 2-6, agô. 1970.

Considerando o valor da educação para o mercado de trabalho, assinala as providências governamentais no sentido do combate ao analfabetismo, da qualificação profissional a curto prazo, da experiência dos ginásios polivalentes e da reforma do ensino fundamental. (M.L.L.)

8.

37.014.542

ANÁLISE setorial; a nova estrutura educacional. *Mercado de trabalho* (25) : 2-6, jul, 1970.

Veja: B.B.E. v. 18 n. 1, item 23. 9.

37.014.542:33(086.5)

MACIEL, Telmo Frederico — Modelos econométricos operacionais da educação. *R. bras. Estat.*, 31 (124): 328-348, out./dez. 1970.

Analisa e compara modelos matemáticos como instrumentos quantitativos de política educacional — Markow, Tinbergen-Correa-Bos e outros, indagando sobre a possibilidade de tais técnicas na resolução de conflitos entre os diversos objetivos com que se defrontam os pesquisadores educacionais, em face da complexidade dos sistemas de educação. (M.L.L.) 10.

79

37.014.542(81)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Secretaria Geral. *Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74*. Brasília, 1971. 250 p.

Discrimina 33 projetos prioritários, suas áreas e subprogramas, objetivos e respectivas condições de execução para o triênio 1972/74.

Quanto ao ensino fundamental e médio, destacam-se os programas de operação-escola, visando à obrigatoriedade escolar de 7 a 14 anos e seu atendimento junto a um mínimo de 80% da população; de construção, equipamento, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal docente, inclusive para os ginásios polivalentes, plano de elaboração do estatuto do magistério, fixando limites mínimos do salário de professor em função da quantidade e qualidade de seu trabalho; preparação da mão-de-obra nos setores agrícola, comercial e industrial, realizados pelo PIPMO; reformulação de currículos, flexíveis e integrados; carta escolar, permitindo a visualização da realidade

educacional e planejamento racional da expansão de estabelecimentos de ensino.

Estabelece programas de integração escola-empresa-govêrno-comunidade, no sentido de ajustar o ensino médio e superior às necessidades do mercado de trabalho, motivando as empresas a participarem mais diretamente do processo educacional, destacando-se o papel dos CRUTACs nas zonas rurais; implantação dos *campi* universitários, cursos e centros de pós-graduação, assinalando o regime de trabalho do magistério, com ou sem dedicação exclusiva; a universidade para o salário base de 12 horas semanais, suplementado pela COMCRETIDE, aquêles em regime de tempo integral. Para uma *universidade aberta* propõe o sistema de crédito, o incentivo às carreiras de curta duração.

Programas especiais, finalmente, referem-se à alfabetização de adultos com os serviços do MOBREAL, ao CETREMEC, à reforma administrativa, assistência alimentar ao educando, bôlsas de trabalho e manutenção, barateamento e distribuição de livros pelo INL nos diversos níveis de ensino, instalação de bibliotecas, sendo a zona rural atendida por unidades volantes. (M.L.L.) 11.

37.014.542(81)

VILLALOBOS, João Eduardo R. — Considerações acêrca do plano nacional de educação. *Didática* (5/6): 241-272, 1968/1969.

Analisa historicamente as origens do Plano Nacional de Educação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, da Carta Magna de 1937, da Lei de Diretrizes e Bases e da re-

visão do referido plano, em 1965, nos seus aspectos dominantes da democratização e flexibilidade do ensino, e da política descentralizadora que prevê uma assistência financeira aos Estados e Municípios para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de educação. (M.L.L.) 12.

37.014.543.34

SALÁRIO-educação, B. *Inf.* CBPE (157/158) : 3-6, agô./set. 1970.

Refere-se ao documento elaborado pelo Grupo-Tarefa encarregado dos estudos sôbre salário-educação, cuja meta essencial é suplementar as deficiências do financiamento da educação primária, atendendo aos filhos dos operários em idade de escolarização obrigatória. Mostra suas origens, evolução e regulamentação, obrigando as empresas a contribuírem com 1,4% sôbre a folha salarial, quantia essa arrecadada pelo INPS, controlada e aplicada pelo MEC.

Dados estatísticos documentam os benefícios do Plano Nacional de Educação, cujo programa vem tendo como suporte os recursos do salário-educação desde 1968. (M.L.L.) 13.

VELOSO, Fábio — Salário-educação e financiamento da educação primária. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119): 189-204, jul./set. 1970.

O salário-educação, considerado como forma de financiamento do ensino primário, é devido pelas empresas em relação a cada um dos filhos de seus empregados, em idade de escolaridade obrigatória, na base de 2% do salário mínimo e será arrecadado pelo

INPS e controlado pelo MEC na sua aplicação.

Quadros estatísticos, legislação e jurisprudência documentam como se realizam a arrecadação e a aplicação dos recursos e o respectivo controle, fornecendo inclusive dados estimativos dos benefícios para o triênio 1971/73. (M.L.L.) 14.

37.014.6.001.5

PERES, Janise Pinto & LIMA, Maria Nayde dos Santos — Uma nova experiência em supervisão. *Cad. Reg. Educ.* 9 (18) : 3-40, dez. 1969.

Experiência no campo da *supervisão científica* (observação em classe e conferência individual) e *supervisão clínica* (tratamento das deficiências apresentadas pelos educadores que estão sendo supervisionados) com o objetivo de conscientizar o professor a respeito do que acontece em sua sala de aula.

Procurando atenuar as desvantagens e verificar as eficiências, fundiu-se os dois métodos, utilizando o *Sistema de Análise de Interação* na sala de aula, organizado por Ned A. Flanders, que engloba: a) fala do professor; b) fala do aluno; c) silêncio ou confusão — num total de 10 categorias baseadas nas quais cada observador organizará matrizes, cada uma correspondendo a um tipo de atividade, depois analisadas e interpretadas individualmente com o supervisor.

Os resultados obtidos pela equipe CRPER/INEP são apresentados no relatório de cada professor, concluindo-se que o ideal seria um comportamento mais indireto do professor, preocupando-se menos com o seu próprio. (B.K.) 15.

37.015.2

PESSOA, Osvaldo Frota et alii — Ensino da biologia nas escolas normais. *Didática* (5/6) : 137-148, 1968/1969.

Documento apresentado por um grupo de trabalho do Departamento de Biologia da FFCL da Universidade de S. Paulo, mostra as finalidades do ensino da biologia na escola média, como organizar o curso, oferecendo sugestões de planejamento, programas, conforme esquemas ilustrativos, no sentido de desenvolver nos normalistas uma compreensão da ciência e do método científico. (M.L.L.) 16.

37.015.2:371.214.2

ANDREATTA, Maria Carrilho F. — Diretrizes para o ensino da biologia educacional e saúde pública na área de educação. *Didática* (5/6) : 149-164, 1968/1969.

Tendo em vista a formação do professor primário, no sentido de melhor conhecer a criança, aponta os objetivos da cadeira de biologia, informando sobre os fatores que influem nas diferenças individuais normais e patológicas, orientando no uso dos métodos profiláticos e socorros de urgência e do desenvolvimento do espírito científico.

Apresenta sugestões para um programa mínimo, com justificativas para os diferentes itens. (M.L.L.) 17.

37.015.3

FLEMING, C. M. — *Psicologia do ensino*. Trad. Dante Moreira Leite. S. Paulo, Ed. Nacional, 1971. 340 p. (Atualidades Pedagógicas. 101).

Focalizando o papel do professor no processo educacional, analisa suas qualidades pessoais e atribuições em sala de aula. Encara-o como "estudioso da motivação, animador da aprendizagem, observador do crescimento, artesão e técnico, experimentador e terapeuta", assinalando os recursos de que deve lançar mão no desempenho de suas funções, quer ligados à psicologia social, da aprendizagem, evolutiva, da personalidade, do excepcional, quer a pesquisas, testes e medidas. (M.L.L.) 18.

37.015.3

82

NOVAES, Maria Helena — A problemática emocional na adaptação e aprendizagem escolar. *B. Inst. Educ. Excepcional* (3) : 43-46, agô. 1969.

A problemática emocional dificulta a capacidade de atenção, concentração, raciocínio, relacionamento e participação da criança no grupo escolar, e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento educacional.

Cabe à escola oferecer condições de estabilidade e segurança que neutralizem aquela problemática, mediante o diagnóstico precoce, encaminhamento à assistência psicoterápica e demais tratamentos especializados, atuação das professoras e programação adequada das atividades. Na sua função preventiva, deve manter um serviço de orientação psicopedagógica, trabalhando juntamente com os pais e professoras, de crianças portadoras de tais dificuldades. (M.L.L.) 19.

37.015.352

FLEMING, C.M. — *Psicologia do ensino*.

Veja: 37.015.3.

37.015.4

DALBEY, Richard O. — Os alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração, com a nacionalização do ensino. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 400-408, abr./jun. 1970.

Examina o desenvolvimento histórico das colônias alemães, de 1924 aos nossos dias, como subgrupo no interior do sul do Brasil, usando na conversação corrente quase exclusivamente a sua língua pátria, mantendo escolas próprias e assimilando, apenas parcialmente, nossos padrões culturais; o separatismo era assim um problema para a construção da nacionalidade brasileira.

Medidas governamentais foram tomadas no sentido da paralisação daquelas escolas, encontrando-se contudo grande resistência por parte dos alemães. Procurou-se então centralizar o sistema educacional, incrementando maior número possível de escolas públicas nas zonas de língua estrangeira, com o objetivo de ensinar às crianças o português e a História do Brasil, e seus resultados foram efetivos para a integração daquelas comunidades na vida nacional. (M.L.L.) 20.

37.015.6

CASTRO, Cláudio Moura — Um problema dos custos em educação. Estudo de caso. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 49-60, jul./set. 1970.

Distinguindo teoricamente custos contábeis, econômicos, sociais e privados nas suas características, analisa os custos da educação em Itabirito, Estado de Minas, no período de 1967/68, a partir das despesas com mão-de-obra, administração do sistema escolar, com

equipamento e material de uso individual e coletivo, prédio escolar, avaliados num total de Cr\$ 157,00 por aluno/ano.

Baseados em levantamentos por amostragem feitos em Belo Horizonte e na mesma cidade, e apurando os níveis de renda de sua população, mostra as diferentes taxas de retorno de educação no ensino primário (20-25%), ginasial (12-20%) colegial (25-110%) e técnico (35-40%). (M.L.L.) 21.

37.015.6

CUNHA, Nádia Franco da ✓ Os sistemas de ensino no Brasil como instrumento de discriminação econômica e estratificação social. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 61-71, jul./set. 1970.

O mecanismo de seleção econômica se manifesta como uma constante no Brasil, nos Estados Unidos, nos vários sistemas escolares e níveis de ensino, com implicações mais agravantes no ensino primário, destinado a todos. As oportunidades de educação são limitadas à capacidade das escolas, sem levar em conta a dos alunos e seus direitos.

Considerando os candidatos ao vestibular, observa que 70% são provenientes de escolas particulares, pertencendo a maioria às classes alta e média alta (56%), 37% à classe média e 7,5% à baixa.

Do mesmo modo, a desarticulação entre o ensino primário, médio e superior, e a inadequação de currículos e programas ao contexto sócio-econômico a que deveriam servir funcionam como instrumento de discriminação social e econômica. A cultura oferecida nas escolas não considera interês-

ses e objetivos das classes menos favorecidas, marginalizando-as; geram assim conflitos e desajustes de conseqüências antidemocráticas e antieconômicas. (M.L.L.) 22.

MACIEL, Carlos Frederico ✓ Análise sensitiva da perspectiva financeira educacional. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 85-96, jul./set. 1970.

Prospectiva da expansão do ensino primário, médio e superior em função dos recursos financeiros disponíveis na esfera federal, estadual e municipal, tomando por base o ano de 1980. Quadros demonstrativos dos vários ângulos focalizados: população escolar, matrículas, índices de escolarização, custos do aluno/ano, despesas gerais com a educação em 1970, produto interno bruto, taxas de crescimento das despesas gerais com a educação, hipóteses, despesas com a educação em 1980.

Em apêndice, a justificativa dos preços de aluno/ano sugeridos. (G.A.V.) 23.

PASQUALE, Carlos ✓ Política brasileira de financiamento da educação. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 16-36, jul./set. 1970.

O ensino, como dever do Estado, é da responsabilidade das três órbitas da administração pública, fixada a delimitação jurídico-legal das áreas de atribuição de cada uma em relação aos diferentes graus e modalidades de ensino.

Problemas que demarcam o estudo da política de financiamento da educa-

ção: autonomia dos sistemas estaduais, cooperação financeira da união, ação supletiva do sistema federal, participação dos municípios, cooperação das empresas e da iniciativa privada, contribuição dos usuários do ensino público e da benemerência de recursos privados, custo de manutenção de sistema de ensino que atenda ao princípio da obrigatoriedade escolar e legislação a rever e estabelecer. (G.A.V.)

24.

37.015.6

PIRES, Hindenburg da Silva — Despesa federal realizada com educação e cultura em 1969. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 142-164, jul./set. 1970.

84

Reúne quadros estatísticos mostrando a despesa federal em educação e cultura a partir de programas e subprogramas do governo em 1969, num total de Cr\$ 18.651,50, segundo as categorias econômicas; focaliza particularmente o MEC e respectivos órgãos, com seus projetos e atividades nos diversos ramos de ensino nos diferentes estados. (M.L.L.)

25.

— *Despesa pública realizada em educação e cultura 1967/1969*. Rio de Janeiro, MEC, INEP, Serviço de Assistência Técnica, 1971. 29 p. mimeogr.

Dados estatísticos documentam os gastos em educação e cultura, por Estado, Município e Região, comparativamente às despesas totais, à receita tributária arrecadada, inclusive os Fundos de Participação dos Estados e do D.F. (M.L.L.)

26.

POIGNANT, Raymond — Despesas de educação e análise de custos. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 37-48, jul./set. 1970.

As despesas de ensino crescem de importância quando avaliadas em relação ao produto nacional.

A abordagem do problema pressupõe definição precisa do que se entende hoje por *despesas de educação* e também uma análise do conjunto dessas *despesas* identificando seus vários aspectos (origem, natureza e fatores que condicionam suas variações no tempo), tendo em vista a previsão e, se possível, a opção, de novas práticas para a elaboração de orçamentos anuais, ou dos projetos específicos, e para a programação financeira dos planos, estabelecendo a distinção entre o conceito de *despesas* e o de *custos*.

Estabelece comparação dos custos unitários médios dos níveis de ensino em diferentes países.

Reduzir a relação alunos-professores ou recrutar professores mais qualificados são alternativas para melhorar a qualidade de ensino no quadro de um crescimento determinado dos custos unitários, tendo em vista as limitações financeiras. (G.A.V.)

27.

SALÁRIO-educação.

Veja: 37.014.543.34.

37.015.6

TORFS, Jacques — Gastos com educação no Brasil em 1966. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 205-225, jul./set. 1970.

Quadros estatísticos documentam a distribuição dos gastos em educação.

comparativamente, nos diversos Estados, em 1966, discriminados por fonte financiadora, funções e níveis de ensino, considerando as despesas aluno/ano.

São avaliados em 1.977 milhões de cruzeiros e representam cêrca de 12% do total dos gastos públicos; as inversões de capital físico foram aproximadamente de 14% dos gastos totais de educação. (M.L.L.) 28.

37.015.6

VELOSO, Fábio — Salário-educação e financiamento da educação primária.

Veja: 37.014.543.34.

37.015.6(086.5)

MACIEL, Telmo Frederico — Modelos econométricos operacionais da educação.

Veja: 37.014.542:33(086.5).

37.02

PENTEADO, José Arruda — A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as possibilidades de renovação didática.

Veja: 37(094.5) (81).

37.036:376.56

ZOLADZ, Rosza Wigdorowicz vel — Atividades artísticas, um processo de ajustamento. *B. Inst. de Educ. Excepcional* (3): 63-83, agô. 1969.

Caso de criança portadora de perturbação neurológica e com problemas emocionais, mostra que além da apren-

dizagem das técnicas de pintura, modelagem, recorte, as atividades artísticas possibilitam o desenvolvimento da personalidade infantil e seu equilíbrio, conforme as solicitações do meio. (M.L.L.) 29.

37.036:78

MÁRSICO, Leda Osório — Talento musical e as aptidões musicais. *B. CRPE* (7) : 1-5, 1970.

O talento musical compreende não apenas as aptidões específicas, mas fatores outros como imaginação visual, sentimento da natureza, atenção, concentração e vibração afetiva pela música. A combinação entre êles determina a possibilidade de praticar a música. As aptidões melódicas ou rítmicas não existem independentemente. A predominância relativa de uma sobre a outra, que caracteriza o senso musical do indivíduo, só se define com a educação metódica naquela área. (M.L.L.) 30.

37.036.5

FREITAS, Zoé Chagas — A influência da arte no processo educacional. *Arte & Educação*. 1 (4) : 11, 14, abr. 1971.

Como diretora da Escolinha de Arte do Brasil, faz um histórico da referida escola, ressaltando que o trabalho iniciado por ela, no Brasil, vem adquirindo ressonância e nova dimensão.

Cita os vários cursos para professores realizados anualmente, tendo como propósito dar a êsses oportunidade de se exercitarem na criatividade e motivá-los para dinamização da rotina escolar.

Os professores são enviados pelo Governo Federal, através do INEP, e os estaduais pela Secretaria de Educação. Essa preparação vem objetivar a renovação da escola, pela mudança de atitude, com a introdução de atividades artísticas que se integram nas atividades normais do currículo, favorecendo o trabalho criador. (F.X.Q.J.) 31.

37.036.5

WILLIAMS, Sheldon — O crescimento da imaginação. *Arte & Educação*, 1 (4) : 6 abr. 1971.

86 A invenção é a melhor maneira de despertar nos jovens e interesse pela investigação, que caminha, inevitavelmente, ligada ao entendimento.

Cita o exemplo da Inglaterra, onde a imaginação estimulada pela educação está caminhando para a arte moderna. Na Alemanha e na Holanda o misticismo, quase sempre ligado ao erotismo, está no comando. E ao lado dessas sondagens caminham as revoluções da técnica.

Com base em vários argumentos, conclui que a arte e todos os seus complementos estão-se tornando parte integrante do aprendizado; a reintegração provém da abertura e percepção crescentes nas demais áreas da educação. (F.X.Q.J.) 32.

371.001.1

GRIFFITHS, Daniel Edward — *Teoria da Administração escolar*. Trad. de José Augusto Dias. São Paulo, Ed. Nacional e Ed. Universidade de S. Paulo, [1971] XII + 138 p. (Atualidades Pedagógicas. 105).

Discute as bases da teoria de administração escolar, esclarecendo sobre o problema e a natureza da teoria.

Analisa a administração como tomada de decisão, assinalando seus processos.

Destina-se principalmente às Faculdades de Educação (R.H.T.) 33.

371.12:331(816.5).001.5

SILVA, Iná et alii — Possibilidade de realização, por parte do professor, de outras tarefas paralelas à função docente. B. *Centro Pesq. Orient. educ. e Execução Especializada*, 1963/1966 : 81-107, 1970.

Pesquisa do tipo *survey* junto ao magistério público primário no Rio Grande do Sul, procurando avaliar seu conhecimento relativamente às respectivas atribuições legais, interesse por tarefas extradocência, preparo específico e disponibilidade de tempo para realizá-las. A amostra selecionada consistiu de professores e regentes, da capital e do interior, respondendo a questionário com 41 itens, distribuídos em perguntas *abertas e estruturadas* em categorias de respostas à escola do informante.

Resultados: a maioria dos professores demonstrou interesse no desempenho de outras tarefas, como assistência social escolar, direção da instituição e orientação educacional; reconhece a necessidade de preparo específico em cursos intensivos, estágios em órgãos especializados e participação em trabalho de caráter experimental e de uma remuneração adequada; considera oportuna a previsão, na carreira do professor, de avanços com base no aperfeiçoamento pedagógico, desenvol-

vimento de tarefas especiais e no nível de atualização técnico-administrativa. Sugestões: maior divulgação da reforma, organização de cursos intensivos de extensão e aperfeiçoamento, equipes especializadas para dar assistência técnica mais efetiva aos professores do interior, orientação às escolas normais para planejamento de seus currículos. (M.L.L.) 34.

371.12:373.3(813.4).001.5 /
SECRETARIA de Estado de Educação e Cultura, Instituto de Estatística e Pesquisas Educacionais. *Professor primário — necessidades, aspectos quantitativos*, 1.^a parte. Recife, 1970. 69 p.

Pesquisa com o objetivo de investigar as necessidades do professorado na rede oficial e particular do ensino primário em Pernambuco, em 1969. Os levantamentos em fontes do Departamento de Estatística e Cadastro do Departamento de Educação Primária do Estado referem-se à qualificação e distribuição de professores, por município, segundo a zona educacional e dependência administrativa, com maior percentagem na área estadual e concentrada no Grande Recife. Os professores leigos predominam, na Mata Agreste e Centro, sendo 87,2% da rede municipal. Comparando-se a população escolarizável e escolarizada, observa-se um *deficit* aparente, atribuindo-se à distribuição irregular de professores, concentrados mais em determinadas áreas. (M.L.L.) 35.

371.12:373.5(816.5)
LEVANTAMENTO do magistério do ensino médio no Estado do Rio

Grande do Sul. *B. Centro Pesq. orient. educ. e Execução Especializada*, 1963/1966 : 357-358, 1970.

Realidade estatística do ensino médio até novembro de 1966, no Rio Grande do Sul, evidenciando o total de professores, por sexo, categoria, titulação, cursos em que lecionam, regime e acúmulo de trabalho, disciplina e práticas educacionais ministradas nos ginásios e colégios públicos e nas escolas normais da capital e do interior. (M.L.L.) 36.

371.12(092) /
HOMENAGEM a Lourenço Filho. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 98-123, jul./set. 1970.

Elogio de Péricles Madureira de Pinho, em que exalta a figura do professor Lourenço Filho no campo da psicologia, do magistério e na vida pública, sempre voltado para os objetivos educacionais, tanto no âmbito estadual como federal e mesmo internacional. Levantamento bibliográfico de seus trabalhos, publicados em livros, folhetos, periódicos e jornais, abrangendo 133 itens, documentam a penetração de sua ação pedagógica. (M.L.L.) 37.

HOMENAGEM / póstuma ao Conselheiro Carlos Pasquale. *Documenta* (117) : 9-27, agô. 1970.

Pronunciamento dos conselheiros Barreto Filho, Esther Ferraz, Raimundo Muniz de Aragão, Flávio Lacerda, Péricles Madureira de Pinho, Miguel Colassiano e outros, evidenciando as características do Prof. Carlos Pasquale como educador por excelência, proje-

tando-se não apenas no setor do magistério, mas no cenário político, administrativo e sobretudo no Conselho Federal de Educação. (M.L.L.) 38.

371.12(092)

OS SETENTA anos de Anísio Teixeira — *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 354-361, abr./jun. 1970.

Veja B.B.E. v. 18 n. 3, item 25. 39.

371.13:37.012.85

88

SILVA, Iná & FARACO, Itália Zácara — O magistério e a pesquisa educacional. *B. Centro Pesq. orient. educ. e Execução Especializada*, 1963/1966 : 11-13, 1970.

Considerando o papel da pesquisa e do planejamento no processo de desenvolvimento educacional do país, evidencia as tarefas e responsabilidades do professor, autoridades e órgãos responsáveis, entidades de classe e associações de professores num trabalho integrado naquele sentido.

Visam à renovação de conteúdo de programas e métodos didáticos, de acordo com a realidade da comunidade-escola e aluno, que, embasados cientificamente, favorecerão o processo ensino-aprendizagem. (M.L.L.) 40.

371.13:373.3

ANDREATTA, Maria Carrilho F. — Diretrizes para o ensino da biologia educacional e saúde pública na área de educação.

Veja: 37.015.2:371.214.2.

371.13:373.3(815.4).001.5

FIRME, Maria José Bessadas Penna — *Psicologia do professor primário*. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Div. Aperfeiçoamento do Magistério, 1971. 28 p. mimeogr.

Focalizando os problemas do professor no manejo de classe, aprendizagem e orientação de alunos, procura avaliar os conhecimentos psicológicos de que se utiliza na sua solução e da necessidade de reformulação daquele programa no curso normal.

Foram aplicados 3 questionários específicos entre 500 professores com experiência no magistério, de 2 a 3 anos, e escolhidos randômicamente nos diferentes distritos escolares da Guanabara.

Os resultados revelaram: 1) problemas mais freqüentemente encontrados nos diversos níveis de ensino: capacidade de fixação (98%), dificuldade de leitura oral (97%), persistência no trabalho escolar (96%), raciocínio numérico (94,7%) e outros; 2) o preparo inadequado dos professores, conforme suas respostas às questões de situações práticas, envolvendo conhecimentos de psicologia; 3) falhas básicas no preparo de filosofia de educação.

Impõe-se, dêse modo, a reformulação do programa de psicologia, atendendo aos pontos sugeridos pelos próprios professores como necessários ao seu trabalho. (M.L.L.) 41.

371.13(816.4).001.5

SANT'ANNA, Flávia Maria & PAES, Isolda Holmer — *Formação inter-siva do professor: micro-experiência de ensino como modalidade de trei-*

ramento. Pôrto Alegre, MEC, INEP, CRPE Rio Grande do Sul, 1970. 207 p. (Série 1, Pesquisas e Monografias, 13).

Pesquisa com o objetivo de organizar modelo de ensino para a formação do professor, em consonância com as necessidades do país.

Recorre à *microexperiência*, nova tecnologia de treinamento vinculada a princípios cibernéticos e de psicologia aplicada à educação, efetuada em etapas sucessivas de ensino, *feedback*, planejamento e reensino, mediante seminários, entrevistas, aulas teóricas e demonstrativas.

Levanta a hipótese da superioridade daquele sistema em relação aos demais no preparo do professor, propiciando a aquisição, desenvolvimento e organização de comportamentos específicos de ensino.

A amostra para comprová-la foi escolhida aleatoriamente e organizada com emparelhamento de grupos experimentais e de controle, com 18 alunos cada um, abrangendo 60% dos alunos do curso de letras da Faculdade de Filosofia da UFRGS.

O desempenho de cada grupo, comparativamente, na fase de ensino e reensino, foi avaliado pelos respectivos supervisores e alunos que assistiam à aula, com o uso de escalas especiais e em entrevistas, e pelos alunos-mestres em fichas de auto-avaliação, registrando-se o crescimento do grupo, embora variado e gradativo, na aquisição de diversas habilidades de ensino.

Comprovados os resultados positivos da *microexperiência* para o preparo do professor de letras, supõe válido estender sua efetividade a outras especializações e níveis de ensino, uma vez que o *feedback* contínuo proporciona

experiências diferenciadas e estimula o aluno em treinamento na busca de respostas adaptativas. (M.L.L.) 42.

371.14

CONSTRUÇÃO, transformação, equipamento, treinamento de pessoal para os ginásios polivalentes, projeto 2.

Veja: 373.546:371.62.

371.14:373.5

NUNES, Maria Elena de Almeida & XAVIER, Neide Uchoa — Subsídios para a criação de um centro de treinamento para professores de ensino médio. *B. Centro Pesq. e Orient. educ. e Execução Especializada*, 1963/1966 : 19-68, 1970.

89

A crescente matrícula no ensino de nível médio, o índice de professores não titulados na rede oficial e particular do Rio Grande do Sul impõem a criação de um centro de treinamento para preparação intensiva de professores. O programa será desenvolvido em cursos semestrais em 13 turmas de trinta alunos, em regime de tempo integral; a construção, material e equipamento dos estabelecimentos de ensino obedecerão às especificações apresentadas.

Em anexo, tabelas básicas ilustrativas, referentes aos três níveis de ensino, assinalando-lhes o número de cursos, matrículas e conclusões, desde 1955, com previsões para 1970. (M.L.L.)

43.

371.14:373.5

TREINAMENTO e aperfeiçoamento de professores para o ensino médio,

projeto 4. *In: Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74.* Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1971, p. 65-68.

Projeto que será executado pelo CENAFOR e por Centros de Educação Técnica localizados em Brasília, Belo Horizonte, Natal, Pôrto Alegre, Guanabara, Salvador e Manaus, com o objetivo de formar, especializar e aperfeiçoar docentes, técnicos e pessoal de supervisão, incorporando a tecnologia moderna ao ensino e assegurando a continuidade do processo de desenvolvimento a níveis das necessidades atuais.

Serão financiados pela União e por recursos resultantes de convênios entre o MEC-BID, MEC-BIRD. (M.L.L.)

44.

371.14:373.552

APERFEIÇOAMENTO e treinamento de professores para o ensino fundamental e normal, projeto 3.

In: Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74. Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1971, p. 60-64.

Analisando dados estatísticos referentes à qualificação do corpo docente no ensino primário e ginásial em 1968, mostra como o projeto de reforma do ensino fundamental, a cargo do DEF, procura solucionar o problema do não titulado nos sistemas de ensino, com a atualização, aperfeiçoamento e treinamento de professores e seu financiamento.

Prevê o total de recursos para o triênio de 72/74 provenientes do FNDE, alcançando Cr\$ 102.500.000,00 para serem aplicados convenientemente de acordo com os projetos elaborados

pelas Secretarias e Conselhos Estaduais de Educação, mantendo sempre o referido programa uma interligação com a Operação Escola, Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério do Ensino Fundamental. (M.L.L.)

45.

371.15:373.3(81).001.5

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério. Condições sócio-econômicas dos professores primários brasileiros. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 165-188, jul./set. 1970.

Pesquisa realizada em 1969 e 1970, com o objetivo de caracterizar as condições sócio-econômicas do professor primário brasileiro, tendo em vista suas inter-relações com o rendimento do ensino, bem como uma política adequada de mão-de-obra e o planejamento educacional.

Cobriu uma amostra de 10% do professorado estadual e municipal em exercício, escolhidos randômicamente. Foi aplicado questionário com indagações sobre formação profissional, nível de instrução, remuneração, avaliação do merecimento, férias, tempo de exercício, economia familiar, condições de moradia, assistência social, conforto doméstico, diversões, alunos por turma.

Conclusões e sugestões: 1) os salários do magistério primário no Brasil são muito baixos, sendo os estaduais melhores que os municipais e os dos grandes centros urbanos superiores aos de pequenos centros; 2) baixo nível de profissionalização do professor primário brasileiro caracterizado pela

ausência de formação especializada, nível insuficiente de instrução, dependência financeira da família e falta de incentivo para a carreira, com repercussões no rendimento do ensino. É imperiosa a necessidade de serem criadas condições que favoreçam a qualificação profissional do magistério primário brasileiro, de acordo com as sugestões do GT de Reforma de Ensino Primário e Médio. (J.M.B.) 46.

371.15:373.5

PLANO de carreira e melhoria de remuneração do magistério do ensino médio, projeto 13. In: *Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74*. Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1971, p. 118-121.

A expansão do ensino de 2.º grau exige número cada vez maior de professores qualificados e adequada política salarial, capaz de impedir a dispersão das atividades docentes em vários estabelecimentos de ensino.

Prevê que em cada sistema de ensino seja elaborado um estatuto da carreira do magistério, fixando limites mínimos para o salário do professor, em função da qualificação e quantidade de seu trabalho em qualquer grau escolar. Estas atividades serão coordenadas pela Secretaria Geral do MEC, contando com a colaboração do IPEA, Departamento do Ensino Médio e Fundamental, Secretarias e Conselhos Estaduais de Educação. (M.L.L.) 47.

371.15:373.552

PLANO de carreira e melhoria de remuneração do magistério do ensino fundamental, projeto 12. In: *Plano Setorial de Educação e Cultura*.

1972/74. Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1971, p. 114-117.

Propõe a elaboração do estatuto do magistério para elevar o padrão do ensino pela valorização da carreira do professor, estimulando os melhores habilitados dentro de uma política salarial em que a remuneração será condicionada e expressa em níveis de quantidade e qualidade de trabalho. Sua execução ficará a cargo de uma comissão do MEC e das Secretarias Estaduais, com a participação do MINIPLAN, DASP, DEF e DEM e Conselho Federal de Educação. (M.L.L.) 48.

91

371.212.72:373.5(815.4).001.5

PAIXÃO, Sérvula de Souza — *Reprovação e repetência nas duas primeiras séries do ensino secundário público na Guanabara*. 1968/1969.

Veja: 371.279.17 + 371.212.72 (815.4).001.5.

371.217.2

ALIMENTAÇÃO escolar no Brasil. *R. Adm. mun.* 17 (101) : 67-73, jul./ago. 1970.

Documento elaborado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar mostra a evolução histórica de sua administração, de 1953 aos nossos dias, suas funções, objetivos, estrutura, atividades e programas educacionais. (M.L.L.) 49.

371.22

GARCIA, Edila Coelho — O problema das anuidades escolares. *R. bras.*

Est. pedag. 54 (119) : 72-84, jul./
set. 1970.

Analisa o problema das despesas escolares e seu financiamento visto por parte da diretoria dos estabelecimentos de ensino e das famílias dos alunos, em termos das anuidades que lhes são cobradas e, por vezes, aumentadas.

Mostra as medidas governamentais e dos Sindicatos de Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário do Estado da Guanabara no limite de tais anuidades, assinalando contudo as inconveniências dos tabelamentos, sob o risco das salas vazias ou superlotadas, oferecendo baixo padrão pedagógico.

O bom ensino oficial oferecido a todos seria a garantia de que as escolas particulares não ultrapassariam os níveis razoáveis. (M.L.L.) 50.

derando-se o sexo, idade, nível sócio-econômico e a instrução dos alunos.

Dentre os 110 cursos em funcionamento na Guanabara em 1967, 47 foram escolhidos como amostra, apurando-se mediante questionário aplicado entre 200 alunos os aspectos do seu funcionamento, nos anos de 1966/68. Paralelamente expõe depoimentos de educadores sobre a importância de tais exames dentro da problemática brasileira, a objetividade de sua legislação.

Os resultados revelaram a importância sócio-econômica daqueles exames, a necessidade de melhores oportunidades de preparação, revisão e aprimoramento de técnicas, visando à maturidade profissional.

Em anexo, programa das provas do art. 99 da rede estadual, para o 2.º ciclo. 51.

92

371.26.001.5

TANURI, Leonor Maria — Relação entre inteligência e rendimento escolar.

Veja: 159.955.2:371.26.001.5

371.27

LEITE, Aurélia Sampaio — *Exames de maturidade na Guanabara*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, CBPE, Div. de Ensino e Pesquisas Educacionais, 1971. 112 p.

Pesquisa realizada com o objetivo de verificar a extensão dos exames de maturidade, natureza da sua clientela, estrutura dos cursos de preparação para esses exames, relação entre a frequência e os resultados finais, consi-

371.27

LOURENÇO FILHO, Manuel B. — Brazil. In: LAUWERYS et alii — *The world year book of education 1969; examination*. New York, Harcourt, Brace & World, Inc. 1969, p. 212-217.

Retrata os exames nas escolas brasileiras, do tempo do Império aos nossos dias, seus objetivos e métodos. Somente a partir de 1920 foram introduzidas modificações com o uso de testes psicológicos aplicados à educação, saúde mental, seleção e orientação profissional, dominando hoje o sistema de provas objetivas em todos os ramos de ensino e, na área da pesquisa, a padronização dos testes de aptidão como medida da expectativa das possibilidades de rendimento nas diferentes áreas de estudo ou profis-

sionais, conforme trabalhos realizados pelo ISOP, SENAI, SENAC, Fundação Getúlio Vargas. (M.L.L.) 52.

371.279.17+371.212.72(815.4).

001.5

PAIXÃO, Sérvula de Souza — *Reprovação e repetência nas duas primeiras séries do ensino secundário público na Guanabara*. 1968/1969. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Div. Est. Pesq. Educ. 1971. 15 p. multilit. e anexos.

Levantamento por amostragem (52 escolas) da situação existente na Guanabara em seus aspectos quantitativos quanto à reprovação e repetência.

O questionário utilizado oferece dados relativos à matrícula, aprovações e reprovações, discriminadas por idade, sexo e matéria, entre alunos novos e repetentes, sendo ocasionalmente complementados por impressões de professores e diretores.

Observou-se melhor rendimento do elemento feminino nas séries iniciais do ginásio, maior número de reprovações entre os repetentes e nas cadeiras de matemática, português e francês. As prováveis causas, relativas ao aluno, ao sistema de ensino, como ao acesso direto ao ginásio nas escolas públicas primárias, deverão ser objeto de novas pesquisas. (M.L.L.) 53.

371.279.17:373.5(815.4).001.5

PAIXÃO, Sérvula de Souza — *Reprovação e repetência nas duas primeiras séries do ensino secundário público na Guanabara*. 1968/1969.

Veja: 371.279.17+371.212.72(815.4).001.5.

371.3

SPOTORNO, Felipe — *Balanço do MOBRAL*.

Veja: 374.7.

371.3:372.46(815.4).001.5

BITTENCOURT, Maria Luíza Lago — *Estudo comparativo de métodos de ensino da leitura*. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, Div. Aperfeiçoamento do Magistério, 1971. 13 p. mimeogr.

Estudo comparativo de 187 crianças de 1.º ano, na faixa etária de 6 e 7 anos, sendo alfabetizadas pelo método de sentenciação livre e pelo método misto (História da Abelinha), levantando-se a hipótese de que este último apresentaria melhor rendimento, por oferecer à criança apoio audiovisual, treinando-a na síntese antes de levá-la a usar as operações de análise e síntese conjuntamente, mecanismos essenciais à aprendizagem da leitura e escrita. Os resultados dos testes de linguagem organizados pelo Estado da Guanabara mostraram que 51 e 54% das crianças alfabetizadas pelo método misto tiveram notas entre 90 e 100 em leitura e ortografia, aspecto em que mais se notou diferença favorável a este método, atribuindo-se ao uso dos recursos fônicos; 63% alcançaram média acima de 80 em redação, enquanto apenas 39, 22 e 45% dos alunos submetidos ao método de sentenciação livre, conseguiram aquele grau nas referidas matérias. Confirma-se assim a hipótese levantada mesmo em relação às crianças com problemas psicológicos, de saúde ou frequência. (M.L.L.) 54.

371.3:659.3

LOPES, J. Leme — Education et moyens de communication avec les masses.

Veja: 374.7:659.3.

371.315.7

CANDAU, Vera Maria — *Ensino programado*; uma nova tecnologia didática. Rio de Janeiro, Iter Edições, 1969. 193 p.

Apresenta o ensino programado como um método a serviço da individualização da aprendizagem, mostrando seus precursores e fundamentação psicológica na teoria do reforço da aprendizagem.

Distingue os diversos tipos de programação — linear, intrínseca ou ramificada adaptativa com suas características, problemas tecnológicos, aplicações e vantagens.

Evidenciando as técnicas de elaboração de programas, sua área de aplicação, seja ela em âmbito escolar, industrial ou militar, procura comprovar a eficácia didática do método com estudo experimental junto a alunos de nível colegial, apresentando exemplos ilustrativos de conjuntos programados. (M.L.L.) 55.

371.52:37.018.523(813.4)

VASCONCELOS, Myriam Brindeiro de Moraes — Calendário agrícola e frequência escolar. *Cad. Reg. Educ.* 10 (20) : 3-53, dez. 1970.

Pesquisa realizada com o objetivo de verificar as culturas agrícolas representativas do Estado de Pernambuco, e os meses de sua maior concentração,

investigando a incidência das tarefas agrícolas no afastamento dos alunos das salas de aula.

Consultados 3 calendários regionais, levanta a hipótese de que nos meses de maio, outubro, junho e novembro decai a frequência escolar em função dos afazeres do plantio e da colheita. Tal coincidência foi observada nos 55 municípios da amostra estudada, embora sem uniformidade em todo o Estado, variando o fenômeno para cada região ou grupos de municípios: nas áreas do litoral e Mata do Norte (42%), Mata Agreste e Centro (39%) e Agreste Sul (38%), notadamente entre os meses de maio/junho e setembro/outubro.

Sugestões: medidas especificamente de âmbito municipal, de acordo com as exigências locais, organização de classes homogêneas na zona rural no sentido da participação do aluno no mundo do trabalho, possibilitando-lhe a prática agrícola e o entrosamento entre estas tarefas e a aprendizagem escolar. (M.L.L.) 56.

371.62:37.014.542(813)

SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento do Nordeste. Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Educação e Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco. *Projeto para implantação de um sistema cadastral das redes de ensino primário e médio do nordeste*: relatório da experiência-piloto de Garanhuns. Recife, 1970. 14 p. mimeogr. e anexos.

Estudo realizado na região educacional do Agreste Sul de Pernambuco, constituída de 20 municípios, e com

sede em Garanhuns, com a finalidade de explicitar a metodologia mais adequada à implantação do sistema cadastral das rêdes de ensino primário no Nordeste.

Indica a evolução das tarefas preparatórias e de execução implicadas neste trabalho, em que, para a coleta de dados foram utilizados questionários, previamente elaborados e em cujos itens se procurou caracterizar os estabelecimentos de ensino, segundo os prédios integrantes, sua utilização, e estado de conservação, clientela segundo o ramo e nível de ensino, pessoal docente e dependência administrativa. (M.L.L.) 57.

371.64

TAVARES, Denise Fernandes — *As bibliotecas infanto-juvenis de hoje*. Salvador, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, 1970. 52 p. e anexos.

As bibliotecas infanto-juvenis, como fonte de divulgação da leitura e de pesquisa, requerem instalações adequadas, adaptando suas funções e atividades às características do seu público.

Para integrar-se na comunidade, em seu funcionamento, deve participar da vida local; a presença de bibliotecários especializados e professores será de grande utilidade para a orientação dos leitores.

Sugestões: que as autoridades garantam os meios para a manutenção, assegurando 60% dos recursos para uma permanente renovação e atualização do acervo, colocando aquelas bibliotecas entre as prioridades do sistema educacional, em unidade com a escola, tendo estas dependências apropriadas a uma biblioteca proporcional ao número de leitores. (M.L.L.) 58.

371.687

GOTTMANN, Guenther et alii — *Princípios para a TV educativa*. *Educação*, 1 (1) : 81-92, abr./jun. 1971.

A etapa inicial para um bom programa de TV educativa reside em um planejamento cuidadoso, definição exata das metas mínimas e máximas a serem atingidas. Sua elaboração requer trabalho condicionado à realidade e à motivação do aluno, aos meios de comunicação que devem ser considerados prioritários, sem esquecer as exigências do ritmo e das diferenças individuais.

Possibilitando inovações curriculares a curto prazo, convém entretanto atentar-se para o risco das superficialidades, do conservadorismo uniformizante, dos termos rebuscados e artifícios inúteis de imagens.

Num sistema de TV educativa os aspectos didáticos e técnicos encontram-se dialeticamente entrelaçados e devem adequar-se à psicologia do ensino, incluindo em seus planos um serviço de avaliação fidedigna, contando sempre com a cooperação entre todos os grupos sociais da coletividade. (M.L.L.) 59.

371.7:613.71

CORRÊA, Arlindo Lopes — *Esporte e desenvolvimento*. *R. bras. Educ. Fis. e desportiva*, 3 (9) : 6-17, 1970.

Considerando o esporte nas suas diversas conceituações como instrumento de aperfeiçoamento individual e social, analisa sua evolução no Brasil, comparativamente a outras nações, traçando novos rumos para estas atividades em nosso país. (M.L.L.) 60.

371.7:613.71

COSTA, Lamartine Pereira da & BALLARINY, José Garcez — Planejamento da Educação Física nos ginásios polivalentes.

Veja: 372.879.6:373.546.

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes — Pesquisa em educação física.

Veja: 37.012.85:371.7:613.71.

96

FEDERAÇÃO Internacional de Educação Física e Departamento de Educação Física e Desportos. Manifesto mundial de educação física. *Educação*, 1 (1) : 54-58, abr./jun. 1971.

Após uma breve apresentação da FIEP na sua organização e objetivos, conceitua a educação física nas suas diversas modalidades, aspectos e formas pedagógicas, atentando para a dosagem do esforço de acordo com as capacidades individuais, para o papel do professor naquela área, condições administrativas e materiais; lembra aos poderes públicos a necessidade urgente de integrar a educação física no currículo da escola primária (M.L.L.). 61.

ROCHA, Maurício Leal — Teste de aptidão física de Coopet, sua aplicação em vestibulandos de educação física. *R. bras. Educ. Fis. e desportiva*, 3 (9) : 43-48, 1970.

Experiência realizada com o teste de Cooper na seleção de 253 candidatas à Escola de Educação Física e Des-

portos da UFRJ, investigando-lhes as condições físicas individuais para realizar trabalhos externos, mensuráveis em quilogramas ou watts por minuto, por um determinado tempo.

Frente aos resultados obtidos, e num estudo comparativo da capacidade física em diversos grupos étnicos, constatou-se que os valores médios registrados correspondem respectivamente à capacidade máxima de absorção de oxigênio de 49 a 38 ml por quilograma de peso por minuto, colocando os candidatos em plano bastante elevado.

Conclui sobre a aplicabilidade coletiva do referido teste, sugerindo incluí-lo no exame de habilitação ao nível superior, embora em caráter classificatório, uma vez que serviria de base para um aconselhamento, ou seja, para dosar o grau de solicitação adequada durante o treinamento. (M.L.L.) 62.

372.879.6:373.546.

COSTA, Lamartine Pereira da & BALLARINY, José Garcez — Planejamento da educação física nos ginásios polivalentes. *R. bras. Educ. Fis. e desportiva*, 3 (9) : 73-83, 1970.

Refere-se ao material, instalações e equipamento para a educação física em área livre e coberta, aos respectivos custos, conforme as condições mínimas legalmente exigidas.

Obedecendo à diversidade curricular característica do ginásio polivalente, propõe um esquema de aulas com atividades desportivas, ginásticas acrobáticas e modernas, respectivamente para o sexo masculino e feminino, atletismo, jogos diversos, possibilitando a sondagem de aptidões no 1.º e 2.º anos

pela iniciação desportiva, evoluindo para a competição nos 3.º e 4.º anos. Quanto às atividades extracurriculares, sugere que o professor de educação física se encarregue organicamente da recreação e do clube. (M.L.L.) 63.

373.3:31

MACIEL, Carlos Frederico — O ensino primário em onze gráficos. *Cad. Reg. Educ.* 10 (20) : 55-80, dez. 1970.

Análise de gráficos relacionando logicamente o *deficit* do ensino primário brasileiro em função de número de vagas, organização estrutural da escola, inadequação etária de suas diversas classes, do ingresso e fluxo dos alunos concentrados na 1.ª série, da evasão, repetência e reingresso e do nível inadequado de adiantamento dos estudantes. (M.L.L.) 64.

373.3.014.3(816.5)

SILVA, Iná et alii — Avaliação dos resultados da aplicação da reforma do ensino primário no Estado do Rio Grande do Sul. *B. Centro Pesq. Orient. educ. e Execução Especializada*, 1963/1966 : 165-238, 1970.

Veja: B.B.E. v. 16 n. 4, item 36. 65.

373.31.214(813.4).001.5

PERES, Janise Pinto — Os programas da escola primária de Pernambuco e os programas de outros Estados e países. *Cad. Reg. Educ.* 9 (18) : 41-91, dez. 1969.

Compara a carga horária, os objetivos dos programas, os programas de Linguagem e Matemática, de Ciências Na-

turais e de Estudos Sociais dos novos programas das escolas primárias de Pernambuco com os programas de outros Estados e países (Itália, França, Alemanha e União Soviética) com o objetivo de verificar se aqueles são pretensiosos ou não.

Conclui que o programa de Pernambuco é razoavelmente equilibrado nas suas exigências nos programas de curso primário. (B.K.) 66.

373.5

CASTRO, Amélia Domingues de — Condições da escola média brasileira e suas possibilidades de renovação didática. *Didática* (5/6) : 117-126, 1968/1969.

Em decorrência das mudanças sócio-econômicas do país, cresce a clientela da escola média, concentrada essencialmente no meio urbano; seu atendimento entretanto é ainda precário e não consegue reter os alunos.

Desligando-se do caráter tradicional de curso preparatório para as escolas superiores, integra também um sentido de preparação para o trabalho com os ginásios polivalentes, e abre caminho à criatividade e aperfeiçoamento de seu corpo docente e discente, à sua comunicação e participação na vida social e ao interesse pela educação permanente em tôdas as áreas. (M.L.L.) 67.

373.546

COSTA, Lamartine Pereira da & BALLARINY, José Garcez — Planejamento da educação física nos ginásios polivalentes.

Veja: 372.879.6:373.546.

373.546:371.62

CONSTRUÇÃO, transformação, equipamento, treinamento de pessoal para os ginásios polivalentes, projeto 2. In: *Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74*. Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1971, p. 52-57.

Prevê, além da construção e transformação de ginásios, aumento de matrículas (240 mil aproximadamente), o treinamento de 23.400 professores e equipamento para tôdas as escolas e centros de ciências e artes práticas.

98

Destina-se à construção de ginásios polivalentes na Bahia, E. Santo, Minas, R. Grande do Sul, e de um ginásio modelo nas capitais de 18 Estados e no D. Federal, prevendo-se treinamento de pessoal, bôlsas de estudo no interior e aperfeiçoamento de professores, modernização de currículos, evidenciando-se os trabalhos do PREMEM e de outros órgãos ligados aos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Educação. (M.L.L.) 68.

373.552

MINISTÉRIO da Educação e Cultura — *Ensino fundamental e o espaço físico*; sugestões para utilização da rede escolar na implantação do ensino fundamental. Brasília, 1971. 29 p. mimeogr. (Sér. Ensino Fundamental, 1).

A exemplo de experiências realizadas no Amazonas, São Paulo, Alagoas, Bahia e Santa Catarina, mostra como se realiza a articulação e integração técnico-pedagógica nas unidades de ensino fundamental.

Aponta as vantagens da adoção das unidades integradas, evitando a dispersão dos alunos ao procurarem o ginásio, racionalizando o ensino, facilitando a administração e supervisão, e ainda o zoneamento para a construção de futuras escolas. Alertando, entretanto, quanto às limitações, sugere algumas medidas acauteladoras de treinamento de pessoal, planos de ação a curto, médio e longo prazos, levantamento de dados da realidade educacional, sistemas de supervisão, controle e avaliação. (M.L.L.) 69.

MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Centro Nacional de Recursos Humanos. *Carta Escolar*, v. 1, ensino do 1.º grau. Rio de Janeiro, 1971. 84 p. (CNRH/Sér. Ed./DT Doc. 133).

Instrumento informativo com base em mapa topográfico, permitindo às autoridades regionais do ensino conhecer a infra-estrutura escolar, a distribuição da população na faixa da obrigatoriedade escolar e prever as melhorias indispensáveis ao desenvolvimento do ensino fundamental, mediante programas distintos, a curto, longo e médio prazos.

Quadros ilustrativos mostram como elaborar uma carta escolar, os meios de colher informações a nível de escola e distrito educacional, apresentando ainda instruções para avaliação destes dados para a elaboração dos programas. (M.L.L.) 70.

NOVA reforma do ensino. *EBSA* (269) : 35-52, agô. 1970.

Exposição de motivos encaminhando anteprojeto de lei resultante do estudo elaborado por GT referente ao ensino fundamental (veja B.B.E. v. 19 n. 1, item 57).

Reúne pronunciamento dos conselheiros P.^e Vasconcelos, que julga a reforma um trabalho mais de orientação que de fórmulas e cuja filosofia vai permitir uma elasticidade no ensino, que levará o estudante ao término do curso em menos anos que o previsto em lei; o professor Waldir Chagas, que a considera como um reflexo das aspirações e necessidades nacionais, residindo a importância de sua estrutura, com a fusão do ensino primário e ginásial, os cursos profissionais, o ensino pago a partir de determinado período — na filosofia do ensino global que ela encerra. O deputado Aderbal Jurema assinala que cada Estado deverá aprovar um plano especial de implantação gradual da reforma. O Sindicato dos Professores da Guanabara manifesta-se também sobre a profissionalização do magistério, como condição para maior eficiência da aplicação da referida reforma. (M.L.L.) 71.

373.552(094.5)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. *Ensino de 1.º e 2.º graus*. Rio de Janeiro, 1971. 293 p.

Relatórios dos dois Grupos dedicados à reforma do ensino fundamental registram como se desenvolveram os trabalhos e recomendações que conduziram à elaboração da lei que fixa as diretrizes e bases do ensino de 1.º e 2.º graus, encarando a sua estrutura, currículo, organização, seus aspectos de ensino supletivo, exigências da for-

mação de magistério, financiamento, conforme estudos especiais apresentados por diferentes membros do GT. (M.L.L.) 72.

373.68(81).001.5

MEDINA, C. A. de et alii — *Ensino agrícola de nível médio no Brasil*. [Rio de Janeiro] Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, s.d. 211 p. mimeogr.

Baseados em dados estatísticos da SEEC, SEAV e IBGE, abrangendo os períodos de 1957 a 1961 e 1962 a 1966, procuram caracterizar o ensino agrícola quanto a sua localização geográfica; dependência administrativa; número de alunos e matrículas; tipo de ensino ministrado; currículo e duração do curso; corpo docente.

Dos 126 questionários enviados aos estabelecimentos de ensino, somente 60 responderam.

Da análise dos dados constataram: ausência de política de localização dos estabelecimentos; a região com maior número de estabelecimentos é a Sul: 52,1% dos estabelecimentos são federais e 38% estaduais; não existe qualquer relação entre tipo de ciclo didático ministrado e tamanho da cidade; as matrículas são progressivamente reduzidas de série para série, no ciclo colegial; 50% do corpo docente apresenta nível de instrução inferior ao exigido pela lei. (F.S.) 73.

374.7

AMADO, — Gildásio — *Ensino supletivo. Educação*, 1 (1) : 94-97, abr./jun. 1971.

Apresenta o ensino supletivo nos seus aspectos de alfabetização, de cursos

intensivos, de madureza e educação permanente, como uma forma de ensino continuado para suprir as carências ou faltas absolutas ou elementares, ou como acréscimo em qualquer nível, isto é, como um processo incessante de recuperação de promoção cultural e profissional, reorientando vocações e minorando frustrações.

O anteprojeto de reforma de ensino prevê cursos supletivos inteiramente livres, com estrutura, duração e regime escolar ajustados às finalidades e ao tipo de aluno. Seus exames têm a função de habilitar ao prosseguimento dos estudos de caráter regular, fixando em 18 e 21 anos o limite de idade para os níveis de 1.º e 2.º graus, o que, de algum modo, reduz a corrida às universidades. (M.L.L.) 74.

374.7

LEITE, Aurélia Sampaio — *Exames de madureza na Guanabara.*

Veja: 371.27(815.4).001.5.

SPOTORNO, Felipe — Balanço do MOBREAL. *Educação*, 1 (1) : 17-27, abr./jun. 1971.

Retrata o programa de alfabetização de adolescentes e adultos sob a orientação do MOBREAL e executado pelos municípios e suas comunidades. Limitou-se inicialmente à zona urbana, estendendo-se depois a outros municípios, atendendo a um total de 509.044 alunos em 611 cidades e com rendimento superior a 55%, conforme quadro ilustrativo, por região ecológica.

A avaliação deste movimento leva ao estabelecimento de metas para 1971, com ampliação dos cursos de educação

integrada e de alfabetização que, mediante método funcional, silábico e fonético, partindo do vocabulário local, com expressões geradoras, baseadas na realidade do país, permitem a imediata passagem a outras palavras, frases e textos. (M.L.L.) 75.

374.7:659.3

LOPES, J. Leme — *Education et moyens de communication avec les masses. J. bras. Psiquiatria*, 17 : 105-112, jan./dez. 1968.

Considerando o valor da tecnologia na comunicação de massas, acentuadamente na área educacional, mostra os planos do Governo brasileiro no sentido da alfabetização funcional e educação de adultos, utilizando recursos audiovisuais, a exemplo do método Paulo Freire, descrito nas suas características. (M.L.L.) 76.

374.7 (81)

MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação/Geral. IPEA. CNRH. *Estudos sobre a alfabetização de adultos no Brasil.* Rio de Janeiro, 1970, 20 p. mimeogr. e anexos. (CNRH/Sér.ED/DT doc. 121).

Por intermédio de dados da Fundação IBGE, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, CNRH e do MOBREAL, observa o analfabetismo nas diversas regiões brasileiras, predominantemente nas zonas rurais e nos Estados da SUDENE, com maior incidência do elemento feminino, focalizando a participação do analfabeto na força de trabalho assalariado.

Mostra, por outro lado, as oportunidades oferecidas aos adultos — cursos

e matrículas do ensino supletivo e os programas diversos desenvolvidos pelo MEB, SESI, SESC, Conferência de Religiosos do Brasil, ALFA e outros, de âmbito estadual, calculando-se um atendimento médio equivalente de 7,8% da demanda, conforme quadros estatísticos ilustrativos. (M.L.L.) 77.

374.8

LEITÃO, Vicente — *Um conceito de educação permanente*. Rio de Janeiro, UFRJ, Fac. Educ. 21 p. mimeogr. s.n.t.

Tentativa de conceituação da educação permanente como o processo de ininterrupto amadurecimento quer do indivíduo quer da sociedade.

Reflexão que, partindo da idéia tradicional da escola, busca enfocar o papel de tôdas as agências educacionais naquele processo de desenvolvimento. (Resumo do autor.) 78.

376

SILVA, Ana Amélia da — *Reabilitação vocacional*.

Veja: 331.01:159.9.

376(05)

BOLETIM do Instituto de Educação do Excepcional (3) agô. 1969. 96 p.

Reúne uma série de artigos sobre a necessidade do enfoque pluridimensional no estudo, diagnóstico e orientação de casos de deficiência mental. analisados pelo psicólogo, médico, assistente social, terapeuta da linguagem e psicopedagogo, que, numa visão conjunta, terão melhores condições

para estabelecer o plano terapêutico de atendimento integral.

Considerações sobre a problemática emocional de rejeição, como fator agravante da agressão na criança e de sua adaptação e aprendizagem escolar, fundamentam casos ilustrativos de atendimento psicopedagógico, num trabalho de dinâmica de grupo e tentativa de integração entre excepcionais e normais. (M.L.L.) 79.

376.56

VICENTINI JÚNIOR, *Ciro* — *Orientação para o estudo-diagnóstico da criança excepcional*. B. *Inst. Educ. Excepcional* (3) : 27-33, agô. 1969.

Ressalta a necessidade de um trabalho de equipe para estudo-diagnóstico e tratamento dos excepcionais, discriminando as funções do psicólogo, assistente social, psiquiatra, pediatra, neurologista, terapeuta da linguagem e professoras nesta tarefa, salientando o papel da família na recuperação da criança naquelas condições. (M.L.L.) 80.

377

PARTICIPAÇÃO na obra de formação profissional. R. *SENAI*, 25 (100) : 3-10, jul./set. 1970.

Mostra como os Ministérios do Planejamento, da Educação e do Trabalho, bem como o SENAI e SENAC desenvolvem coordenadamente suas funções de planejamento dos recursos humanos e de educação. Focaliza essencialmente a cooperação e assistência técnica do SENAI junto às empresas nas áreas de aprendizagem profissional,

formação, treinamento, aprendizagem e especialização de operários qualificados e de técnicos de nível médio.

Considera que a preparação da mão-de-obra é também tarefa das escolas técnicas governamentais, de instituições privadas e principalmente das empresas, com programas sistemáticos de treinamento e desenvolvimento de pessoal. (M.L.L.) 81.

377(094.5)

ESTÁGIO de alunos em empresas.

Projeto de Lei n. 1153/68, da Câmara de Deputados (parecer 348/70). *Documenta* (114) : 1-8, maio, 1970.

Parecer sobre a obrigatoriedade do estágio de alunos de estabelecimentos de ensino profissional de nível médio e superior, para fins de treinamento e complementação de estudos técnicos no campo de sua especialidade, dispõe sobre a duração, regime de trabalho, número de estagiários por empresa, indicação do órgão encarregado da orientação e fiscalização dos estágios. (M.L.L.) 82.

377.8.014.3(816.5).001.5

SILVA, Iná et alii — Avaliação dos resultados da aplicação da reforma do ensino normal no Estado do Rio Grande do Sul. *B. Centro Pesq. Orient. educ. e Execução Especializada*, 1963/1966 : 239-259, 1970.

Pesquisa no sentido de avaliar a aplicação da reforma do ensino normal no Rio Grande do Sul, de 1955 a 1962, investiga sobre o funcionamento adequado do sistema departamental adotado, a liberdade do professor origina-

da pela reforma e a eficiência da formação propiciada à normalista.

Hipóteses: a escola normal proporciona aos alunos a escolha de planos de estudos individuais que oferecem currículos adaptados às peculiaridades regionais; a orientação técnico-pedagógica precisa o campo de ação onde o professor pode usar a liberdade; a cultura geral, a técnica de ensino e a formação pessoal influem, em parte, na atuação docente.

Em 26 escolas sorteadas pela tabela de números equiprováveis, foram aplicados 5 questionários entre diretores, professores fiscais junto ao ensino primário e ao curso normal, professores de ensino normal e entre normalistas estagiárias.

Resultados e conclusões: confirmadas aquelas hipóteses, o sistema departamental desenvolvido segundo um plano intensivo de orientação e gradativa implantação nas escolas normais se credenciou como sistema eficiente na formação do professor primário. Sugere que se verifique a continuidade da aplicação da lei que organizou e fixou as bases de ensino normal no Estado. (M.L.L.) 83.

378:301.175

OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto Luiz de — A mudança da estrutura social e universidade. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 274-279, abr./jun. 1970.

O progresso social deriva do desenvolvimento tecnológico, trazendo, porém, de início, dois graves problemas: onde encontrar mão-de-obra capacitada profissionalmente e em número crescente para satisfazer a demanda do progresso, e como aproveitar economicamente

a mão-de-obra sem formação, de modo a impedir o desemprego maciço. Para as nações subdesenvolvidas a melhor solução é verificar se o seu sistema escolar está apto a preparar a mão-de-obra para o desenvolvimento. É imprescindível adaptar as universidades às novas exigências sociais, concentrando disciplinas análogas em departamentos, reforçando o ensino e a pesquisa, diversificando as especialidades em que os técnicos possam graduar-se, adotando o sistema de crédito e elevando o nível de estudos de certas disciplinas em cursos de pós-graduação. (J.M.B.) 84.

378:33

AMORIM, Frederico — Graduação em economia: estudo do currículo. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 312-322, abr./jun. 1970.

A elaboração do novo currículo de economia deve basear-se em três princípios: garantia de liberdade ao estudante, determinando os rumos de sua própria formação profissional; coincidência entre o maior número possível de disciplinas obrigatórias e aquelas que são comuns a estudantes de outras áreas de interesse; reconhecimento do curso de graduação apenas como de formação básica, teórica e profissional. Em sua estrutura integrará disciplinas comuns e obrigatórias — teóricas e instrumentais, e grande número de disciplinas optativas, abrindo diferentes campos ao futuro profissional, numa linha técnico-operativa ou de programação empresarial, de métodos quantitativos ou de pesquisas, ou, ainda, de aprofundamento da teoria econômica.

O projeto de currículo apresentado estabelece a seriação das disciplinas, a distribuição de créditos e carga horária, devendo na sua implantação e funcionamento integrar-se em um programa global de reforma universitária. (G.A.V.) 85.

378:61:658.3

ÁVILA, Fernando Bastos de — Desenvolvimento e valorização dos recursos humanos. A medicina no Brasil; um *case study*. *Carta mensal*, 16 (186) : 3-8, set. 1970.

A medicina não beneficiou o país na proporção de seus progressos técnicos. Observa-se um baixo nível sanitário, não obstante seus custos contábeis e sociais na linha preventiva e curativa. Não há um ajustamento entre a demanda e a oferta de serviços médicos; nas zonas onde eles são mais necessários não há meios para o exercício profissional.

Dados estatísticos ilustram o problema da distribuição da classe no Brasil em 1968, com um *deficit* de 39 mil médicos (45%), índice este, em cada Estado, proporcional ao seu desenvolvimento. Concentram-se 68% nas capitais e apenas na Guanabara e Distrito Federal registra-se uma média ideal de 1 médico para 1.000 habitantes. Medidas governamentais devem favorecer a fixação dos médicos no interior, a exemplo do que já vem sendo feito, obrigando o pagamento das bolsas de estudo em estágios nas áreas desfavorecidas, da experiência do Projeto Rondon, e do que propõe o Prof. Paulo Assis Ribeiro com a criação de clínicas equipadas convenientemente e com pessoal treinado. (M.L.L.) 86.

378:61/19.001.5

CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de et alii — *Características básicas das escolas na área das ciências da saúde*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e Núcleo Integrado de Estudos e Recursos Humanos para a Saúde, 1970. 79 p.

Estudo comparativo das características básicas de 136 faculdades de enfermagem, farmácia, medicina e odontologia, analisadas igualmente em 102 escolas de enfermagem de nível ginasial, colegial e universitário que responderam a questionários previamente elaborados para os cursos universitários, de auxiliares e técnicos.

Os resultados informaram sobre o número de escolas em funcionamento no país, de 63 a 69, sua localização geográfica, índice de crescimento, entidade mantenedora; sobre a filiação às universidades, condições e tipo de exame para ingresso, matrículas, evasão, repetência e diplomados; quanto ao corpo docente, assinala sua distribuição segundo o cargo, ciclo ministrado, grau de aperfeiçoamento e regime de trabalho.

Observa-se que, dos 276.389 universitários, 15,4% seguiram os cursos no setor da saúde, com um decréscimo percentual de 15,7 para 13,3% em farmácia, medicina e odontologia. É na região Sudeste que se desenvolve mais acentadamente o sistema educacional, muito embora não acompanhe a distribuição populacional.

Conclui sobre a precariedade quantitativa e qualitativa da formação de pessoal, donde a necessidade de reforçá-la multidimensionalmente, dentro

de um plano geral em que se considere também a localização dos futuros cursos. (M.L.L.) 87.

378:658.3(81)

CORRÊA, Arlindo Lopes — *Mercado de trabalho para os profissionais no Brasil*; conferência proferida a 15/9/1970 no Seminário ESSO para universitários. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IPEA, CNHR, 1970. 20 p. mimeogr. (CNRH/Sér. Estudos/TT, doc. 126).

O sistema de ensino superior brasileiro preenche quantitativamente as lacunas de profissionais de que necessita o país para desenvolver-se, embora com alguns *deficits* ou excessos em determinadas áreas.

O problema reside comumente na distribuição especial dos profissionais, conforme quadros estatísticos.

Para planejamento adequado da expansão do ensino superior, de acordo com o mercado de trabalho, apresenta sugestões de ordem prática de aconselhamento ocupacional, em bases psicológicas, criação de carreiras curtas em nível universitário, reciclagem e aperfeiçoamento do pessoal formado, além dos incentivos salariais, evitando, deste modo, o desvio ocupacional. (M.L.L.) 88.

378:74

VENTURA, Zuenir Carlos — *Desenho industrial: o impasse da metodologia*. *Educação*, 1 (1) : 65-70, abr./jun. 1971.

Focaliza historicamente o problema da metodologia do desenho industrial no

Brasil, inicialmente importando as idéias americanas e européias, sua tecnologia, ou seja, modos de produção material e mental.

A ESDI, com o objetivo de formar profissionais de nível superior, a fim de atender às exigências de planejamento de produtos industriais e de meios de comunicação visual, procura, entretanto, conhecer a demanda e condições de trabalho atual do desenhista naquela área, para adotar uma metodologia própria, adequada à realidade do nosso país. Considera que o desenho industrial não pode ser uma atividade isolada, mas uma equipe interdisciplinar cuja tarefa essencial consistirá em projetar sistemas e planejar serviços. (M.L.L.) 89.

378(8=6)

COSTA, L. F. Macedo — Tendências da universidade na América. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 280-291, abr./jun. 1970.

A universidade latino-americana apresenta tendências típicas quanto à evolução de suas estruturas.

As principais diferenças entre a educação superior no Brasil e Estados Unidos estão condicionadas às próprias origens e à situação sócio-econômica de cada um destes países. A universidade americana atravessa uma fase de transição com problemas novos de: aumento explosivo da população estudantil, conflito entre o ensino e a pesquisa, impossibilidade de autofinanciamento e ilimitada diversificação de objetivos. Em linhas gerais, a reforma brasileira inspira-se nos modelos americanos, mas seu êxito requer modificação da estrutura acadêmica, preparo de pessoal docente necessário ao desenvolvimento de novas tarefas e

adequação dos princípios importados à realidade e peculiaridades nacionais. (G.A.V.) 90.

378(8=6).001.5

ALMEIDA, Maria Leda Rodrigues de & OLIVEIRA, Nei Roberto da Silva — Subdesenvolvimento e saber superior na América Latina. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 362-369, abr./jun. 1970.

Relatório sumário de pesquisa realizada em Lima, Montevidéu, Rio de Janeiro e Santiago do Chile, com o objetivo de avaliar a adequação da formação de nível superior às exigências da sociedade global, e explicá-la sociologicamente.

Hipótese: na sociedade subdesenvolvida uma instituição de saber superior depende das instituições políticas e econômicas da sociedade global e de instituições congêneres de sociedades mais desenvolvidas. Para comprová-la foram elaborados 2 projetos, o primeiro visando conhecer professor e aluno, seu *status*, atitudes, ideologias, posição frente à integração universitária e científica dos países latino-americanos, mediante aplicação de questionários específicos entre 398 professores e 587 alunos de 3.ª série, dentro dos setores científico, humanístico e tecnológico.

O 2.º projeto mostra como está sendo institucionalizado o saber superior no Brasil, assinalando seus objetivos, história de sua universidade, oportunidades educacionais da população brasileira, características sociais e econômicas do estudante carioca, distribuição de alunos nas diversas áreas do ensino superior, análise da deserção, custo da educação, demanda e oferta de egressos.

106
sos das diversas faculdades, organização e administração, politização do estudante e migração de técnicos e cientistas para o exterior. (M.L.L.) 91.

378.014

CUNHA, Nádya Franco da — A crise da educação escolar e as tarefas da Universidade. *R. bras. Est. pedag. 53* (118) : 258-173. abr./jun. 1970.

Dentre as causas da crise que atinge a universidade, três merecem destaque: escassez de recursos para adaptação dos sistemas de ensino às necessidades atuais; inércia dos sistemas de ensino, para promover essa adaptação, e inércia social, impedindo-a.

Embora com características diferentes, a crise é comum aos mundos desenvolvido e subdesenvolvido.

A América Latina foi prejudicada pela cultura importada e ainda hoje sofre suas conseqüências, cabendo à Universidade Latino-Americana desempenhar três importantes tarefas: *tarifa docente*, preparando recursos humanos em qualidade e quantidade suficientes para a vida e o progresso da sociedade; *tarifa de assimilação crítica*, recriando, ampliando, adaptando o acervo humano do saber, das artes e da cultura; *tarifa política*, vinculando-se à sociedade e cultura nacionais, constituindo-se núcleos de aspirações nacionais. (C.L.J.) 92.

378.014.3

PADIN, Dom Cândido — Alguns aspectos da reforma universitária. *R. Univ. cat. S. P. 38* (73/74) : 49-59, jan./jun. 1970.

Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de São Bento, da PUCSP (1970), fazendo inicialmente um retrospecto distinguindo algumas fases na evolução da reforma universitária para depois tratar da implantação legal do que denomina "Reestruturação das Universidades". (B.K.) 93.

378.014.3:658

GONÇALVES, Suzana — A reforma administrativa no quadro da reforma universitária. *CAPEB B.* (213): 1-5, agô. 1970.

A reforma universitária supõe mudança de mentalidade e criação de estruturas orgânicas flexíveis; do ponto de vista administrativo se reveste de aspecto empresarial, cuja eficiência é produto de organização, de método, capacidade gerencial, com distribuição adequada de poderes e responsabilidades para a realização dos objetivos a que se propõe. Daí a necessidade de uma sistemática de atos normativos internos e de assuntos financeiros, compreendendo o orçamento-programa, como instrumento de planejamento, o que traduz em termos monetários os fins que pretenda alcançar em determinado período de tempo. (M.L.L.) 94.

378.096:37

CAMPOS, Paulo de Almeida — Faculdade de Educação na atual estrutura universitária brasileira. *R. bras. Est. pedag. 53* (118) : 323-352, abr./jun. 1970.

Veja: B.B.E. v. 18 n. 1, item 91. 95.

378.124.088

IMPLANTAÇÃO progressiva dos diferentes regimes de trabalho no magistério superior, projeto 14. In: *Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74*. Brasília, MEC, Secretaria Geral, 1971, p. 122-125.

Para garantir a associação das tarefas de ensino e pesquisa na universidade, prevê a implantação do regime de trabalho docente em tempo integral e dedicação exclusiva, amparado por condizente remuneração. A universidade paga salário-base de 12 horas sema-

nais e a COMCRETIDE dará a suplementação àqueles em regime de tempo integral. Calcula-se num total de Cr\$ 73.700.000,00 a disponibilidade necessária para cobrir as despesas com o pessoal sob aquele regime, no triênio 72/74. (M.L.L.) 96.

378.244.2

CHAGAS, Valnir — A seleção e o vestibular na reforma universitária. *R. bras. Est. pedag.* 53 (118) : 292-311, abr./jun. 1970.

Veja: B.B.E. v. 18 n. 4, item 73. 97.

II

ASSUNTOS MULTIDISCIPLINARES

008(05)(81)

CULTURA, 1 (1) jan./mar. 1971.

144 p.

Apresenta aspectos ilustrativos da cultura brasileira na literatura, pintura, arquitetura, poesia, música, teatro e na área artesanal. (M.L.L.) 98.

016:301.185.1

BRAZIL. Sociology of marriage and family behavior; 1957/1968. *Current Sociology*, 17 (1/3) : 83-89. 1969. Número especial. *Sociology of marriage and family behavior*, 1957/1968, a trend report and bibliography por John Mogeý.

Em introdução, apresenta uma análise da sociologia da família considerada no seu conjunto, as tendências regionais da pesquisa e suas perspectivas. Inclui estudos brasileiros e uma bibliografia analítica relativa ao assunto com 43 itens de trabalhos publicados

em livros e periódicos nacionais e estrangeiros. (F.S.) 99.

109

016:37.015.6

LISBOA, Hadjine Guimarães. Bibliografia sobre economia da educação. *R. bras. Est. pedag.* 54 (119) : 124-137, jul./set. 1970.

Reúne 154 indicações bibliográficas nacionais e estrangeiras, além de algumas traduções sobre economia da educação, tendo como fontes as bibliotecas do CBPE, CLAPCS e CNRH. (M.L.L.) 100.

016:378.096:37

BIBLIOGRAFIA seletiva sobre Faculdade de Educação. *B. CRPE* (7) : 6-14, 1970.

Bibliografia analítica com 31 itens nacionais e estrangeiros abrangendo artigos de revista, documentos, pareceres e legislação brasileira sobre as Faculdades de Educação na sua organização e estrutura. (M.L.L.) 101.

MEMMLER, Gertrude et alii — *Bibliotecas, como organizar; pesquisas, como orientar; leitura, como selecionar*; manual para uso eficiente de livros e bibliotecas. Trad. de Sílvia Jacobá, adapt. e rev. de Alice Martins de Carvalho. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1968. 190 p.

Analisando os livros e bibliotecas como fontes de informação e instrumentos de estudo em trabalhos de pesquisa, relatórios e monografias, oferece instruções sobre a leitura, a consulta aos dicionários, catálogos, aos livros de referência nos diversos ramos de conhecimento, aos periódicos, sobre a coleta de dados, fichas de anotações, esquematizações bibliográficas.

Orienta sobre a disposição dos livros na biblioteca, de acordo com o sistema de classificação adotado, como localizá-los, mostrando os recursos de que deve dispor a entidade no sentido de melhor atender aos que procuram os seus serviços. (M.L.L.) 102.

159.9.019.4

COLLETTE, Albert — *Introdução à psicologia dinâmica*; das teorias psicanalíticas à psicologia moderna. Trad. e notas de Lólio Lourenço de Oliveira e J. B. Damasco Pena. S. Paulo, Ed. Nacional, 1971. 304 p. (Atualidades Pedagógicas, 98).

Trabalho de orientação didática para aqueles que se iniciam no campo dos estudos da psicologia, em que apresenta a evolução histórica da psicologia dinâmica como instrumento de estu-

dos e pesquisas e distinta da psicanálise, método terapêutico por excelência. Destaca diferentes concepções sobre o inconsciente, as instâncias da personalidade e seu desenvolvimento, o comportamento e as motivações, mecanismos de defesa, origens e características da frustração, ansiedade, conflito e agressividade, o valor expressivo do simbolismo, os complexos e a convergência entre eles, conforme as teorias de Freud, Adler, Fromm, Sullivan, Thompson, Melanie Klein, Otto Rank e K. Levin. (M.L.L.) 103.

159.953.5

AEBLI, Hans — *Didática psicológica*; aplicação à didática da psicologia de Jean Piaget. Trad. de João Teodoro d'Olim Marote. S. Paulo, Ed. Nacional, Ed. Univ. S. Paulo, 1971. 102 p. ilustr. (Atualidades Pedagógicas, 103).

Confronta a didática tradicional e da "escola ativa" quanto à natureza dos processos de aquisição e assimilação de conhecimentos, focalizando os aspectos fundamentais da psicologia genética de Piaget e sua aplicação à didática, a partir da pesquisa pessoal dos alunos no ensino das ciências, geografia, história, língua materna e matemática, conforme experiências realizadas nas escolas públicas de Zurique. (M.L.L.) 104.

DEVE haver uma fase preparatória para a aprendizagem da leitura e da escrita? *SESI-Escola*, 5 (19) : 12-17, jul./set. 1970.

A fase preparatória para a aprendizagem da leitura e da escrita não se liga necessariamente à imposição de deter-

minados exercícios (Veja B.B.E. v. 18 n. 3, item 86), mas antes, à motivação da criança, levando-a a perceber que: 1) tudo o que se diz se escreve, e o que se escreve se pode ler; 2) o que se escreve se lê do mesmo modo e que o mesmo som também se grafa sempre igual.

Oferece sugestões de trabalhos em classe neste sentido, intensificando os recursos destinados à discriminação auditiva e ao desenvolvimento da ordenação motora, atividades estas de utilidade em quaisquer dos métodos de ensino.

Alerta, entretanto, contra os perigos do desinteresse da criança submetida desnecessariamente a fase preparatória mais prolongada, sugerindo um início de alfabetização aproximadamente após 15 dias do começo das aulas. (M.L.L.) 105.

159.953.5

NOVAES, Maria Helena — A problemática emocional na adaptação e aprendizagem escolar.

Veja: 37.015.3.

SAUL, Ana Maria & GOMES, He-loísa Szymanski Ribeiro — Objetivos e sugestões para um programa de avaliação do aluno. *R. Univ. cat. S. P.* 38 (73/74) : 60-96, jan./jun. 1970.

Apresenta objetivos que devem ser definidos num programa de avaliação: orientação educacional e aperfeiçoamento da situação de aprendizagem. Sugestões detalhadas para um programa de avaliação: processo de avaliação contínuo, participação do aluno;

técnicas; desenvolvimento do aluno: físico, afetivo, mental, social, autodesenvolvimento e processos auto-ajustatórios; técnicas e instrumentos diversificados. (B.K.) 106.

159.955.2:371.26.001.5

TANURI, Leonor Maria — Relação entre inteligência e rendimento escolar. *Didática (5/6)* : 5-37, 1968/1969.

Conceituando a inteligência como a capacidade geral para aprender e resolver problemas, analisa a relação entre aquela habilidade e o rendimento escolar de um modo geral e em diferentes matérias, a partir dos resultados de testes mentais. Observa não ser absoluta tal correspondência e os fatores intervenientes em um e outro caso, manifestando-se mais significativa quanto ao rendimento nas matérias acadêmicas. Entretanto, quanto maior a capacidade intelectual, maior a probabilidade de que o aluno atinja os níveis educacionais mais altos.

Como ilustração, apresenta estudo comparativo entre os resultados do RAVEN, notas do exame vestibular e aproveitamento escolar dos licenciados na FFCL de Marília, cuja correlação foi significativa apenas entre os dois últimos elementos. (M.L.L.) 107.

301.18-055.2

SARAIVA, Maria Terezinha Tourinho — Aspectos da participação da mulher no desenvolvimento. Documento apresentado ao 7.º *Seminário Internacional sobre a contribuição da mulher no desenvolvimento*, Haifa, maio/jun. 1970. Rio

de Janeiro, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, IPES, CNRH, 1970. 38 p. mimeogr. (CNRH/Sér. Estudos /TT. Doc. 118).

Após uma definição do Brasil em seus aspectos geopolíticos, demográficos, econômicos, sociais e de estrutura educacional, mostra como vem a mulher conquistando posições no mercado de trabalho, garantindo sua liberdade e independência econômica. Tal movimento é constatado, sobretudo na Guanabara, Rio de Janeiro e S. Paulo, entre grupos etários mais jovens.

A participação feminina é realizada em tarefas primárias, no setor agrícola, notando-se uma flagrante discriminação entre os níveis salariais masculinos e femininos, embora em idênticos níveis de instrução.

A política educacional tem refletido no aumento de oportunidades e na melhoria do ensino, sendo expressiva a participação da mulher nesta área, em todos os ramos de ensino, sobretudo no primário, em que, 94% dos professores são do sexo feminino, conforme demonstram os quadros anexos. (M.L.L.) 108.

301.18-055.2:331.6

I.OYOLA, Ignácio de — Atenção, mulheres trabalhando. | *Realidade* (52) : 149-157, jul. 1970.

Depoimentos de mulheres no desempenho de diferentes ocupações, ressaltando seus ideais, dificuldades e realizações, documentam o papel do elemento feminino no mercado de trabalho atual. (M.L.L.) 109.

331.01:159.9

SILVA, Ana Amélia da — Reabilitação vocacional. *Lente*, 14 (42) : 13-22, jan./jun. 1970.

Analisa a deficiência como problema sócio-econômico, acarretando a dependência do indivíduo frente à família, à comunidade e à nação. Para fazer face a tal problema, impõem-se providências no sentido da reabilitação, mas também preventivo, formação de pessoal técnico e desenvolvimento de grandes oportunidades de emprego para reintegrar o indivíduo na sociedade. Salienta o papel do orientador, informando, aconselhando, conforme avaliação das possibilidades do deficiente para respectivo treinamento e colocação profissional. (M.L.L.) 110.

331.024:086.5

MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral, IPEA, CNRH. *Um modelo integrado para previsão de mão-de-obra*. Rio de Janeiro. 1970. 17 p. mimeogr. (CNRH/Sér. MO/DT, doc. 124).

A construção de um modelo que sirva de referência à política de educação e mão-de-obra e ao mesmo tempo possa sugerir as trajetórias adequadas, exige a integração de variáveis econômicas e demográficas, além das educacionais.

A estrutura do modelo econométrico que se pretende montar implica pois trabalho interdisciplinar de técnicos naquelas áreas, simulando hipóteses alternativas que conduzem à pesquisa para o planejamento. Fornece um quadro de referência para a discussão dos temas de interesse comum e força os técnicos a quantificar as implicações e

repercussões das propostas, exigindo contudo o devido cuidado na seleção e uso das estatísticas. (M.L.L.) 111.

331.024(81)

MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral, IPEA, Centro Nacional de Recursos Humanos. *Um esquema para coordenação dos programas de treinamento da mão-de-obra no Brasil*. Rio de Janeiro, 1970. 12 p. mimeogr. (CNRH/Sér. MO/DT, doc. 123).

O programa de treinamento planejado para 1970, a fim de evitar duplicação de esforços, sugere: 1) uma coordenação horizontal e vertical das atividades dos órgãos competentes nacionais (DNMO, PIPMOI, SENAI e SENAC), e regionais (SUDENE, SUDAM e SUDESUL) para atender à diversidade dos problemas locais de mão-de-obra; 2) definição dos papéis

de cada uma destas entidades administrativas e sua área de ação; 3) fortalecimento de um programa do Serviço Nacional de Emprego nas suas funções seletivas de candidatos qualificados, colocação e acompanhamento no trabalho. (M.L.L.) 112.

354.32(81)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Departamento Nacional de Educação. *Atividades desenvolvidas pelo grupo tarefa*. Rio de Janeiro, 1970. 209 p.

Relatório dos trabalhos do Grupo Tarefa organizado com o objetivo da extinção do Departamento Nacional de Educação, apresentando levantamento e relacionamento de recursos humanos, materiais e financeiros daquele órgão de 1937/1970 e das subunidades orçamentárias que lhe são subordinadas ou vinculadas, inclusive das extintas campanhas. (M.L.L.) 113.

III
LIVROS DIDÁTICOS *

Nível elementar

115

- 3(075.2)
ALMEIDA, Maria de Lourdes — *Ciências sociais na escola primária; graduada e unitária*. Ilust. de A. E. Bodolay. Belo Horizonte, Ed. Vigília, 1970. 196 p. ilustr. 114. Ilust. Anelise Becker de Lima. Pôrto Alegre, Ed. Tabajara, 1970. 48 p. 117.
- 372.41(075.2)
CUNHA, Vilma — *Livro de Anita e Vává*; 1.^a sér. nível 2. Rio de Janeiro, J. Ozon [1971] 80 p. ilustr. 115.
- CUNHA, Vilma & MANDIM, Andréa — *Ciranda*; cartilha. Rio de Janeiro, J. Ozon [1971] 64 p. ilustr. 116.
- GONZALES, Élbio N. et alii — *Cartilha do guri; método de palavras geradoras; letra — tipo — script*. 501(075.2) BETHLEM, Nilda — *Meu livro de ciências*; 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970. 48 p. ilustr. (Livro-guia, 11 p. Col. Didática Dinâmica). 118.
- CAMBRAIA, Terezinha Nordelli — *Ciências para crianças; manual 2*. Belo Horizonte, Ed. Vigília, 1970. 236 p. ilustr. 119.
- 51(075.2)
PESSOA, Paulo — *Problemas de matemática para o admissão*. Rio de Janeiro, J. Ozon [1971] 303 p. ilustr. 120.

* Fonte de consulta: Bibliografia Brasileira Mensal — INL/COLTED (só incluímos nesta seção os livros em 1.^a edição

ou em edição revista, aumentada ou atualizada).

51(075.2)

TOLEDO, Maria do Carmo Arruda — *Matemática Moderna na escola elementar*; 3.º vol. São Paulo, Lisa Livros Irradiantes, 1970. 256 p. ilustr. 121.

802=690(075.2)

AVILEZ, Tito — *Português pré-ginásial*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 230 p. 122.

116

RIBEIRO, Sayro Mallet — *Testes moderníssimos de português*; níveis 4, 5 e 6 (admissão). Rio de Janeiro, J. Ozon [1971] 223 p. 123.

Nível médio

3(075.3)

TELES, Antônio Xavier — *Estudos sociais*; nova perspectiva das ciências humanas; para colégios, cursos normais e vestibulares. 5. ed. rev. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 294 p. ilustr. 124

37.034(075.3)

GARCIA, Edília Coelho — *Educação moral e cívica na escola média*. São Paulo, Ed. Didática Irradiante, 1971. 270 p. ilustr. 125.

TELES, Antônio Xavier — *Educação moral e cívica em nova metodologia didática, dinâmica de grupo*. 2. ed.

rev. atual. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 157 p. ilustr. 126.

371.322.2:82(075.3)

GOULART, Audemaro Taranto & SILVA, Oscar Vieira da — *Estudo dirigido de literatura brasileira*; para o curso médio, 2.º ciclo. São Paulo. Ed. do Brasil [1971] 220 p. (Col. Didática do Brasil, sér. Colegial). 127.

372.83(075.3)

GALACHE, G. et alii — *Construindo o Brasil*; educação moral, cívica e política; 3.ª e 4.ª série ginásial, 1.º e 2.º ano científico. São Paulo, Loyola, 1971, 310 p. ilustr. (Col. O Brasil Conta Comigo, 1). 128.

802=20(075.3)

DIXON, Robert James & AUDUJAR, Júlio I. — *Complete course in English* (book I, part A). Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1970. 143 p. ilustr. — (Book I, part B) 1968. 144 p. 129.

FONSECA, João — *New spoken English*; basic course. 8. ed. rev. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 273 p. ilustr. 130.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de — *Suggestions for the use structural English with audio-visual aids*. Belo Horizonte, Ed. Vigília, 1970. 122 p. 131.

802=690(075.3)

LÉLIS, Raul Moreira — *Português no colégio* (história literária do Brasil), para o terceiro ano dos cursos clássico e científico, para o curso normal e para vestibulares às faculdades de filosofia. 8. ed. rev. atual. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1970. 401 p. 132.

Nível superior

37.034(075.8)

LOPES, Moacir Araújo — *A educação moral e cívica no nível universitário*. Rio de Janeiro, [s.ed.] 1970. 28 p. (Estudos de problemas brasileiros realizados na Faculdade de Humanidades Pedro II). 133.

- Administração escolar, 33
 Alimentação escolar, 49
 Analfabetismo, 75
 Aprendizagem, 19, 104-106
 Avaliação, 106
 Bibliografias especializadas, 99-101
 Bibliografias especializadas — Economia da educação, 100
 Bibliografias especializadas — Faculdade de Educação, 101
 Bibliografias especializadas — Família, 99
 Bibliotecas escolares, 58
 Bibliotecas gerais, 102
 Biografia de educadores, 37-39
 Biologia educacional, 16, 17
 Carta escolar, 70
 Ciências — livros didáticos, 118, 119
 Ciências médicas — ensino, 87
 Ciências sociais — Livros didáticos, 124
 Criança problema, 80
 Criatividade, 31, 32
 Cultura — Periódico, 98
 Currículos e programas, 17, 66
 Desenho industrial — Ensino, 89
 Didática, 3
 Economia — Ensino, 85
 Economia da educação, 10, 13, 21-28
 Educação — Brasil, 4
 Educação — Nova Zelândia, 5
 Educação — Periódico, 1, 2
 Educação de adultos, 51, 74-77
 Educação de adultos — Brasil, 77
 Educação artística, 29-32
 Educação artística — Música, 30
 Educação física, 7, 60-63
 Educação de grupos especiais, 29, 79, 80, 110
 Educação moral e cívica — Livros didáticos, 125, 126, 128, 133
 Educação permanente, 78
 Ensino — reforma, 83
 Ensino agrícola, 73
 Ensino elementar — Estatística, 64
 Ensino elementar — Professores, 35, 41
 Ensino elementar — Programas, 66
 Ensino elementar — Reforma, 65
 Ensino fundamental, 45, 48, 69-72
 Ensino médio, 67
 Ensino médio — Professores, 36
 Ensino normal — Rio Grande do Sul, 83
 Ensino de 1.º e 2.º graus, 71, 72
 Ensino profissional, 81
 Ensino superior, 84-97
 Ensino superior — América Latina, 90, 91
 Ensino superior — Currículo, 85

- Ensino superior — Mudança social, 84
- Ensino superior — Política, 92
- Ensino técnico, 81, 82
- Ensino técnico — Legislação, 82
- Escolas rurais, 56
- Estudos sociais — Livros didáticos, 114
- Exames, 51, 52
- Exames vestibulares, 97
- Existencialismo, 6
- Faculdade de Educação, 95
- Filosofia da educação, 6
- Financiamento do ensino, 23-26
- Frequência escolar, 56
- Ginásio orientado para o trabalho, 63, 68
- Inglês — Livros didáticos, 129-131
- Inspeção e supervisão, 15
- Instrução programada, 55
- Legislação do ensino — Brasil, 3
- Leitura — Livros didáticos, 115-117
- Literatura — Livros didáticos, 127
- MOBRAL, 75
- Mão-de-Obra, 111, 112
- Matemática — Livros didáticos, 120, 121
- Medicina — Ensino, 86
- Mercado de trabalho, 8, 34, 88, 109
- Métodos de ensino, 54, 75, 76
- Ministério da Educação — Brasil, 113
- Modelos econômicos, 10
- Pesquisa educacional, 7, 15, 34, 35, 40-42, 46, 53, 56, 73, 83, 87, 91, 107
- Planejamento da educação, 9-12, 57
- Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/74, 11
- Política da educação, 8
- Português — Livros didáticos, 122, 123, 132
- Prédios escolares, 57, 68
- Professores — Aperfeiçoamento, 43-45, 68
- Professores — Formação, 17, 40-42
- Professores — Pernambuco, 35
- Professores — Rio Grande do Sul, 34, 36
- Professores — *Status*, 46-48
- Professores universitários — condições de trabalho, 96
- Psicologia da aprendizagem, 19, 104-106
- Psicologia do comportamento, 103
- Psicologia educacional, 18, 19
- Psicologia do professor, 18
- Psicologia do trabalho, 110
- Recursos humanos, 86, 88
- Reforma universitária, 93, 94
- Rendimento escolar, 107
- Repetência, 53
- Reprovação, 53
- Salário-educação, 13, 14
- Sociologia educacional, 20
- Sociologia da mulher, 108, 109
- Taxas escolares, 50
- Televisão educativa, 59

INDICE DE AUTORES

- AEBLI, Hans, 104
ALMEIDA, Maria Leda Rodrigues de, 91
ALMEIDA; Maria de Lourdes, 114
AMADO, Gildásio, 74
AMORIM, Frederico, 85
ANDREATTA, Maria Carrilho F., 17
AUDUJAR, Júlio I., 129
ÁVILA, Fernando Bastos de, 86
AVILEZ, Tito, 122
BALLARINY, José Garcez, 63
BETHLEM, Nilda, 118
BITTENCOURT, Maria Luíza Lago, 54
CAMBELL, Malcom B., 6
CAMBRAIA, Terezinha Nordelli, 119
CAMPOS, Paulo de Almeida, 95
CANDAU, Vera Maria, 55
CASTRO, Amélia Domingues de, 67
CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de, 87
CASTRO, Cláudio Moura, 21
CHAGAS, Valmir, 97
COLLETTE, Albert, 103
CORRÊA, Arlindo Lopes, 60, 88
COSTA, L. F. Macedo, 90
COSTA, Lamartine Pereira da, 63
CUNHA, Nádia Franco da, 22, 92
CUNHA, Vilma, 115, 116
DALBEY, Richard O., 20
DIXON, Robert James, 129
FARACO, Itália Zácara, 40
FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes, 7
FEDERAÇÃO Internacional de Educação Física e Departamento de Educação Física e Desportos, 61
FIRME, Maria José Bessadas Penna, 41
FLEMING, C. M., 18
FONSECA, João, 130
FREITAS, Zoé Chagas, 31
GALACEB, G. 128
GARCIA, Edília Coelho, 50, 125
GOMES, Heloísa Szymanski Ribeiro, 106
GONÇALVES, Suzana, 94
GONZALES, Élbio N., 117
GOTTMANN, Guenther, 59
GOULART, Audemaro Taranto, 127
GRIFFTHE, Daniel Edward, 33
INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, 46
LEITÃO, Vicente, 78
LEITE, Aurélia Sampaio, 51
LÉLIS, Paul Moreira, 132
LIMA, Maria Nayde dos Santos, 15
LISBOA, Hadjine Guimarães, 100
LOPES, J. Leme, 76

- LOPES, Moacir Araújo, 133
 LOURENÇO FILHO, Manuel B., 52
 LOYOLA, Ignácio de, 109
 MCCARTHY, Michael John, 5
 MACIEL, Carlos Frederico, 23, 64
 MACIEL, Telmo Frederico, 10
 MANDIM, Andréa, 116
 MÁRSICO, Leda Osório, 30
 MEDINA, C. A. de, 73
 MEMNLER, Gertrude, 102
 MINISTÉRIO da Educação e Cultura, 69
 MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação, 72
 MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, 113
 MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Secretaria Geral, 11
 MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral, IPEA, Centro Nacional de Recursos Humanos, 70, 77, 111, 112
 NOVAES, Maria Helena, 19
 NUNES, Maria Elena de Almeida, 43
 OLIVEIRA, Nei Roberto da Silva, 91
 OLIVEIRA, Solange Ribeiro de, 131
 OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto Luiz de, 84
 PADIN, Dom Cândido, 93
 PAES, Isolda Holmer, 42
 PAIXÃO, Sérvula de Souza, 53
 PASQUALE, Carlos, 24
 PERES, Janise Pinto, 15, 66
 PENTEADO, José Arruda, 3
 PESSOA, Osvaldo Frota, 16
 PESSOA, Paulo, 120
 PIRES, Hindenburg da Silva, 25, 26
 POIGNANT, Raymond, 27
 RIBEIRO, Sayro Mallet, 123
 ROCHA, Maurício Leal, 62
 SANT'ANNA, Flávia Maria, 42
 SARAIVA, Maria Terezinha Tourinho, 108
 SAUL, Ana Maria, 106
 SECRETARIA de Estado de Educação e Cultura, Instituto de Estatística e Pesquisas Educacionais, 35
 SILVA, Ana Amélia da, 110
 SILVA, Iná, 34, 40, 65, 83
 SILVA, Oscar Vieira da, 127
 SPOTORNO, Felipe, 75
 SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento do Nordeste, Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Educação e Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 57
 TANURI, Leonor Maria, 107
 TAVARES, Denise Fernandes, 58
 TELES, Antônio Xavier, 124, 126
 TOLEDO, Maria do Carmo Arruda, 121
 TORFS, Jacques, 28
 VASCONCELOS, Myriam Brindeiro de Moraes, 56
 VELOSO, Fábio, 14
 VENTURA, Zuenir Carlos, 89
 VICENTINI JÚNIOR, Ciro, 80
 VILLALOBOS, João Eduardo R., 12
 WILLIAMS, Sheldon, 32
 XAVIER, Neide Uchoa, 43
 ZOLADS, Rosza Wigdorowicz, 29

ESTA REVISTA FOI
COMPOSTA E IMPRESSA
NAS OFICINAS DA
IMPESSORA BRASILEIRA LTDA.
RUA BITENCOURT SAMPAIO, 169
RIO DE JANEIRO - GB - BRASIL